

O desafio de construir um novo Brasil

Quando Luiz Inácio Lula da Silva assumiu a Presidência da República, em 1º de janeiro, “a economia brasileira vivia um momento dramático. O dólar chegando a quatro reais. O risco-Brasil disparando. A inflação voltando a crescer e o crédito internacional, para as empresas brasileiras, praticamente a zero. Alguns diziam que o Brasil estava à beira da falência”, segundo ele próprio afirmou em pronunciamento à nação. Três meses depois, o governo Lula afastou a crise iminente. O desafio é difícil e complexo: administrar um grande país, inserido numa realidade mundial adversa e de maior centralização de poder político e econômico, transformando uma situação econômica e social gravíssima em um novo tempo de conquistas sociais, de construção da soberania e de ampliação de direitos democráticos.

A esperança e os sonhos legítimos da maior parte dos brasileiros estão inspirados

na crença de que as novas forças lideradas por Lula serão capazes de construir esse novo Brasil. Há uma autêntica confiança das correntes avançadas e renovadoras e de mais de 80% da nação em que alcançarão o êxito na busca de saída dos pesados entraves a que está submetido o país.

O PCdoB, diante do desafio de transitar do velho modelo, já instituído e em vigor, ao novo a ser concretizado, está realizando uma Conferência Nacional para que os quadros e militantes se pronunciem sobre a nova situação. No documento-base da Conferência, enfatiza que o centro da nossa luta atual é “atuar pelo êxito do governo Lula na condução das mudanças que consistem no aprofundamento da democracia e na adoção de um projeto nacional de desenvolvimento, voltado para a defesa da soberania do país e o progresso social”.

Leia artigo do presidente do PCdoB, Renato Rabelo, na página 3



Lula: confiança popular para comandar a mudança

PCdoB convoca Conferência para discutir “novo tempo para o Partido”

O Partido Comunista do Brasil realizará entre os dias 26 e 29 de junho, em Brasília, uma Conferência Nacional para examinar a “mudança substancial no cenário político”, operada pela vitória das esquerdas nas eleições de 2002 e pela posse do novo governo federal. Esta foi a principal resolução do Comitê Central (CC) do Partido, que dia 23 à tarde encerrou três dias de reunião, no Hotel Park Plaza, em São Paulo. Os trabalhos do CC foram profundamente marcados também pela denúncia da agressão norte-americana ao Iraque e chamamento à mobilização na luta pela paz.

A convocação da Conferência é um fato político que distingue o PCdoB. Nenhum outro partido convocou amplamente suas bases para debater a nova realidade e pronunciar-se sobre a conduta diante dela. O CC dedicou dois dos seus três dias de trabalho a um profundo exame e exaustivo debate do esboço do documento “O novo tempo para o Partido – buscar o êxito do governo Lula na consecução de um projeto democrático nacional-desenvolvimentista”, que orientará as discussões da Conferência em todo o coletivo partidário. O texto foi aprovado por unanimidade e enriquecido com mais de duas dezenas de propostas.

A reunião teve início sob o forte impacto da carnificina, iniciada pelo governo George W. Bush, examinada e denunciada em várias das intervenções. Os trabalhos foram abertos pelo presidente do Partido, Renato Rabelo, que fez uma apresentação da proposta de texto que orientará os debates da Conferência. Em seguida, José Reinaldo Carvalho, vice-presidente e secretário de Relações Internacionais do PCdoB, fez uma informação especial dedicada ao quadro mundial marcado pela agressão imperialista contra o Iraque e sua contrapartida, a onda de manifestações pela paz em todo o mundo. O Comitê Central aprovou uma resolução em repúdio à guerra de Bush no Iraque.

O CC também examinou e definiu as tarefas que se colocam para o Partido no período que vai até a Conferência, a partir de intervenções especiais apresentadas por Walter Sorrentino, Ricardo Abreu (Alemao), João Batista Lemos, Sérgio Miranda e Jô Moraes. A ênfase maior foi para os Congressos da CUT (Central Única dos Trabalhadores) e a UNE (União Nacional dos Estudantes). A prioridade foi definida dentro do espírito do texto “Novo tempo...”, que se propõe a “mergulhar os comunistas no movimento social”, aumentando seu “protagonismo no movimento real”.

Pela valorização do salário mínimo

JOÃO BATISTA LEMOS*

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva se reuniu no dia 31 de março com dirigentes das centrais sindicais para anunciar a medida provisória (MP) que fixa o novo salário mínimo em 240 reais a partir de abril.

Tal valor, pouco superior à inflação verificada nos últimos 12 meses, não corresponde às necessidades dos trabalhadores e à reivindicação do movimento sindical. Todavia, tendo em vista as dificuldades econômicas que o país vive, as lideranças presentes nessa reunião decidiram apoiar o projeto do presidente, que já foi encaminhado ao Congresso Nacional.

Lula reafirmou o compromisso de dobrar o poder de compra do mínimo até o final do seu mandato e prometeu estudar a sugestão da CUT de estabelecer para o mesmo uma sistemática de reajuste semestral, a fim de corrigir e amenizar as perdas decorrentes da inflação, que foi elevada a um novo patamar pela desvalorização do real.

O salário mínimo teve origem nos países capitalistas mais desenvolvidos durante os anos 30, como uma das respostas à crise econômica desencadeada pela Grande Depressão nos EUA em 1929 e com a finalidade de corrigir as graves distorções no processo de distribuição de renda produzidas pelo sistema e agravadas pela recessão, bem como estimular o mercado interno e o crescimento da economia. Foi de fato instituído no Brasil em 1940, embora estivesse previsto em lei desde meados dos anos 30 do século passado. Teve uma trajetória de altas e baixas ao longo da nossa história. Sofreu uma razoável valorização no período compreendido entre 1952 e 1964, marcado por intensa industrialização e taxas relativamente altas de crescimento do Produto Interno Bruto.

Mas foi depreciado durante o regime militar, apesar do chamado milagre econômico, e fortemente archoado durante a década perdida (a partir de 1982), em consequência da hiperinflação. Nos anos 90 experimentou uma leve e breve recuperação a partir de 1994, em função da estabilidade monetária propiciada pelo Plano Real, mantendo-se em um patamar histórico vergonhosamente baixo

e sofrendo os impactos negativos das sucessivas crises financeiras e cambiais que vêm abalando o Brasil nos últimos anos.

Em sintonia com o pensamento progressista da nossa sociedade, a Corrente Sindical Classista (CSC) considera que a valorização do salário mínimo é de fundamental importância para o conjunto dos trabalhadores brasileiros, pois ajuda a corrigir a perversa distribuição de renda prevalecente no Brasil e é também um imperativo de justiça fiscal, já que nosso país tem a quarta maior carga tributária do mundo, os impostos recaem principalmente sobre os assalariados e a arrecadação não pode ser consumida prioritariamente com despesas com os juros das dívidas interna e externa.

A CSC entende que, havendo vontade política, não será difícil encontrar as fontes de recursos para custear o aumento do mínimo, transformando em realidade o compromisso do governo Lula de dobrar o seu valor real durante o atual mandato.

As reformas tributária e previdenciária, assim como o orçamento da União, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e o plano plurianual devem contemplar esta necessidade e imperativo de justiça social e fiscal.

Cabe acrescentar que o aumento do salário mínimo terá impactos muito positivos sobre a economia brasileira, especialmente para os pequenos e médios municípios e as regiões mais pobres do Brasil, na medida em que vai incrementar a demanda interna, estimular a procura e os negócios no comércio e demandar o crescimento da produção, sobretudo dos bens consumidos pelos assalariados de baixa renda. Atualmente, cerca de 30 milhões de trabalhadores brasileiros, incluindo 14,2 milhões de aposentados, ganham um salário mínimo.

O aumento do salário mínimo é uma das medidas prioritárias de uma política de valorização da força de trabalho e, ao lado da redução da jornada de trabalho, está em sintonia com a necessidade inadiável de promover o crescimento duradouro da economia e o desenvolvimento com justiça social.

* Coordenador da Corrente Sindical Classista, Centro de Documentação e Memória, Secretário-Sinhal do PCdoB, Fundação Maurício Grabois

Reimpressão especial da Classe

Devido ao interesse do coletivo em participar da Conferência Nacional do PCdoB, uma nova impressão da **Classe Operária** se fez necessária. Diante disso, optamos por publicar novas matérias na capa, páginas 2 e 3 e contra-capas, atualizando as análises e potencializando a intervenção dos comunistas na vida política.



PCdoB

Tarefas da última etapa da estruturação partidária

WALTER SORRENTINO*

A cerca da segunda etapa do IV Plano Bial de Estruturação Partidária, o entendimento geral – que se mostrou correto – é que seu desenvolvimento dependeria muito dos rumos políticos do país e do próprio Partido, ditados pelo resultado do processo eleitoral: vitória ou derrota, seja da Frente antineoliberal, seja do projeto eleitoral do PCdoB. Isso condicionaria de maneira profunda a evolução da nossa construção partidária. Felizmente, para o país e para o nosso Partido, estamos discutindo a nova etapa da construção partidária em meio à maior vitória das forças populares na história republicana. A reunião do CC de novembro do ano passado lançou as bases de reflexão para o novo impulso partidário que se abre.

A 9ª Conferência Nacional a ser convocada pelo CC enfeixa esse debate e desafio. Sua realização exitosa será, sem dúvida, a marca principal e substantiva da segunda etapa do PEP, o ponto central de seu sucesso. Ao mesmo tempo, com sua realização se encerrará o IV PEP, após o que daremos um balanço dessa experiência e projetaremos novos planos em ligação com as Conferências Ordinárias.

É fundamental mobilizarmos as forças partidárias desde a base, num amplo debate que alcance também as correntes avançadas, e cumprirmos ativo programa de ação neste período, unificando a militância em torno dele. Portanto, a Conferência não é um fim em si mesma, mas instrumento para um maior papel do PCdoB e para seu crescimento neste período concreto. Desde já deve ficar bem claro que, para termos sucesso no enfrentamento das tarefas advindas do novo quadro político, é fundamental que o Partido cresça em ritmo acelerado, que lhe permita colocar-se à frente das principais lutas e movimentos sociais, de modo a exercer o papel de pólo aglutinador de pensamentos e ações avançadas que conduzam o país para um novo rumo. Esse é o propósito central deste período.

Intensificar a presença do Partido nas lutas políticas e sociais

O aspecto central é a necessidade imperiosa de pôr o Partido em movimento. O Partido precisa se pôr em ação permanente, pela base, buscando ser um fomentador das lutas, estimulando, instigando, dirigindo, participando e apoiando-as. Não pode haver local em que a luta surja sem que haja a participação do Partido. Os comitês municipais precisam ter mais vida política concreta, envolver-se mais na busca de soluções dos problemas do povo, procurando contribuir através dessas participações para elevação do grau de consciência das massas.

Um outro aspecto, que tem interdependência com esse, é o necessário crescimento. O Partido precisa crescer mais e rapidamente. O crescimento do Partido é condição indispensável para que atinja-



Comunistas em ato pela paz: participar e recrutar

mos nosso objetivo. É preciso reafirmar que, para além do crescimento da nossa influência e ligação com as massas, é preciso crescer organicamente, filiar de maneira expansiva, formar novos e numerosos quadros para todas as frentes de inserção partidária. O crescimento de um Partido, particularmente o nosso, não se dá de maneira espontânea, voluntarista. É preciso planejar, movimentar-se, persistir na busca desse crescimento. O PCdoB precisa readquirir a motivação para crescer, animar-se, definir metas, qualificar esse crescimento. O momento é propício para isso. A participação popular aumenta na vida política do país e nós devemos “aproveitar”, no sentido de mostrar o Partido para o povo, dar visibilidade à nossa sigla, às nossas propostas e às nossas lideranças. Esse é um dos sentidos primordiais da elaboração do Plano de Estruturação Partidária. Mantemos a perspectiva de que precisamos continuar a nos concentrar organizadamente na consolidação dos principais comitês municipais nos maiores estados do país.

A chave para este salto no crescimento partidário tem nome: mergulhar no movimento social e de massas. Aos dirigentes e militantes comunistas compete, de maneira qualificada, repensar práticas e bandeiras de luta para as entidades e movimentos que dirigem. Ao mesmo tempo, devemos estreitar ao máximo os laços com os diversos movimentos populares em curso, bem como buscar criá-los onde houver possibilidade. A participação em movimentos e entidades populares, bem como participação em campanhas próprias de massa, sempre foi uma marca central na trajetória do nosso Partido nestes 81 anos de vida. Entidades, movimentos e campanhas que sirvam para ajudar o povo a se organizar para conquistar seus objetivos mais elevados, bem como para fortalecer o nosso pensamento junto às amplas massas.

Em síntese, é preciso pôr o Partido em movimento! É preciso saber aproveitar ao máximo os novos espaços abertos no país pelo avanço da esquerda, conjugando de maneira adequada a nossa presença nos governos – federal, estadual e municipal – com o fortalecimento das ações de massa. A conjugação desses elementos deve nortear de maneira decidida as principais ações a serem compostas nesta segunda etapa do IV PEP e impulsionar o crescimento imediato das fileiras partidárias.

Vai se configurando um raciocínio de que enfrentamos em várias esferas partidárias fortes sinais de burocratismo e espontaneísmo, que dificultam sobremaneira as nossas participações nas lutas e emperram nosso crescimento. Enfrentar esses problemas e ultrapassar concepções atrasadas sobre a construção partidária é fundamental num momento que está exigindo do PCdoB buscar de maneira efetiva construir a hegemonia política. Neste processo devemos preparar ajustes no trabalho de direção a serem consolidados na Conferência de 2003, adaptando as direções às exigências ampliadas que se apresentam.

O IV PEP e suas perspectivas

O IV PEP nasceu com duas grandes novidades em comparação com os anteriores. Ambas com a preocupação de superar debilidades importantes, constatadas ao longo da avaliação da aplicação dos planos. A primeira diz respeito à combinação do período de aplicação do Plano com o mandato dos Comitês Estaduais. A bialidade facilita o seu controle e execução, pois termina sendo um programa de trabalho da direção eleita, o que faz com que todo o coletivo dirigente assuma a responsabilidade de aplicação do plano, contribuindo fortemente para diminuir sua compartimentação. Isso diz respeito também ao caráter coletivo de sua elaboração. Durante as elaborações dos planos anteriores, constatou-se que uma das dificuldades para envolver o coletivo residia no fato de que elas ocorriam de cima para baixo, ou seja, o Comitê Central debatia, deliberava e definia metas para o conjunto do Partido e, por sua vez, os Comitês Estaduais faziam o mesmo, o que a certa altura gerava um descomprometimento dos comitês municipais e terminava ocasionando métodos administrativos de controle e cobranças por parte do Comitê Central. Portanto o Plano, debatido amplamente com o coletivo de baixo pra cima, foi uma importante alteração no conteúdo da elaboração, permitindo uma forma mais coletiva de definições de metas mais ajustadas à realidade local.

A outra grande novidade, que diferencia o IV PEP dos três anteriores, foi a sua abrangência em termos das secretarias internas envolvidas do próprio CC. Isso significou a inclusão das secretarias das áreas de massa do Partido, como sindical, movimentos populares e

juventude, todas elas amplamente envolvidas no IV Plano, com seus capítulos específicos com metas e objetivos a serem alcançados.

Desde final de outubro de 2002, a Comissão Nacional de Organização vem lançando mão de experiências de um novo modelo de planejamento estratégico, denominado de “situacional”, cuja sigla é PES. Num processo que envolveu diversas reuniões internas da CNO e todas as comissões internas do CC, foi feita uma tentativa de darmos um balanço do que foi a elaboração do IV Plano, sua execução na primeira etapa, seu balanço, seus objetivos, eixos e metas.

A própria elaboração do IV Plano, ainda que tenha sido melhor que as anteriores, deixou a desejar na medida que este não conseguiu ter uma formatação mais uniforme, fazendo com que as secretarias tivessem entendimento diferenciado sobre como concebê-lo. Isso se verificou na apresentação de metas e objetivos, em alguns casos até descabidos e fora da realidade. Deixamos de fixar parâmetros de avaliação das metas propostas. O IV PEP acabou sendo uma somatória de vários planos das secretarias, que nem sempre se interconectavam.

A CNO, como gestora do PEP, apresentou dificuldades no controle e gerenciamento do mesmo, seja por deficiências de recursos humanos, seja por dificuldades de controle da vida partidária, das suas ações em âmbito nacional e estadual. Ocorreram dificuldades de ordem financeira, na medida em que o Plano ocorreu simultaneamente com a maior campanha eleitoral de nossa história.

No entanto, apesar desses problemas, vai se consolidando dentro do Partido a idéia da realização de planos estaduais. Estes, como se disse, sendo apresentados como uma espécie de plano de trabalho de uma gestão de direção eleita pelo coletivo, como irá ocorrer este ano a partir de julho, com os processos ordinários de conferências municipais e estaduais.

Na seqüência de nossas ações de planejamento, o CC deve apreciar, após a Conferência Nacional, a oportunidade e as diretrizes para a elaboração de um V PEP, nos termos do debate proposto no documento base da 9ª Conferência.

Orientações para a 2ª etapa

Em síntese, sugerimos as seguintes orientações para a 2ª etapa do IV PEP:

1 Devemos retomar e acelerar os planos formulados no IV PEP em cada estado, agora em uma conjuntura política mais favorável;

2 Para a etapa imediata, em curso, a centralidade está no maior protagonismo na luta política e social, visando essencialmente ao crescimento intenso das fileiras militantes do PCdoB e perseguindo a consolidação dos comitês nos maiores municípios do país;

3 O vetor político deve ser o centro da aplicação do PEP nesta etapa. Ele se materializa essencialmente no esforço de elaboração e aplicação da nova orientação do Partido na luta pelo êxito do governo Lula na condução das mudanças que o País reclama;

4 O centro da atual etapa, cumprindo o final do IV PEP, é a realização exitosa da 9ª Conferência Nacional, envolvendo o conjunto da militância na definição dos rumos do Partido. No curso de seus debates, devemos dar um balanço crítico nos desempenhos desses planos ao longo dos últimos cinco anos e decidir as bases, oportunidades e formas que pode assumir um novo Plano, a ser formulado no âmbito das Conferências Ordinárias Estaduais deste ano;

5 Devemos considerar como marcos da atuação do Partido no período, além da realização da 9ª Conferência Nacional, as campanhas pela Paz, pela Redução da Jornada de Trabalho, a construção do Fórum dos Trabalhadores e a participação nos congressos da UNE e da CUT. Em torno desses marcos deve-se fixar as metas a serem perseguidas em cada Estado.

Cabe à esfera da direção nacional impulsionar a nova potencialidade que se abre para o seu desenvolvimento. É na sua capacidade realizadora que se centra o principal do novo estirão a perseguir na atividade partidária. São projetos nacionais neste período: estruturar a escola nacional, lançar o papel do IMG como instrumento de luta de idéias, dar novo impulso ao Portal e relançar **A Classe Operária** quinzenal, organizar campanha pela sede própria nacional, realizar pesquisa nacional sobre o Partido, instituir novo sistema informatizado nacional que permita o cadastramento geral da militância; e modernizar o gerenciamento partidário, instituindo técnicas de planejamento estratégico.

São Paulo,
21 de março de 2003.

*secretário de Organização

Empresa jornalística

A CLASSE OPERÁRIA

Fundada em 1925

Diretor: João Amazonas (1912-2002)

Jornalista Responsável: Pedro de Oliveira (Mtb 9.813 - SP)

Edição: Carlos Pompe (Mtb 249/01/128/AL),
Edvar Bonotto, Remy Feres. Editoração Eletrônica: Marco Godoy.

Administração: Francynrose de Andrade Matarazzo

Alameda Sarutaiá, 185, Jardim Paulista, São Paulo, SP
CEP 01403-010 - Tel.: (11) 3054 1800
Endereços eletrônicos: classe@pcdob.org.br
www.vermelho.org.br/classe

CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

NACIONAL

Governo Lula: o desafio da construção de um novo projeto

RENATO RABELO*

A avaliação dos 100 dias de governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva fica sem sentido se não for considerada a herança perversa recebida da administração anterior, de Fernando Henrique Cardoso. Como o próprio Lula afirmou em seu pronunciamento de 7 de abril, quando ele assumiu que o país enfrentava "grave crise econômica". Ao ser empossado, em 1º de janeiro, "a economia brasileira vivia um momento dramático. O dólar chegando a quatro reais. O risco-Brasil disparando. A inflação voltando a crescer e o crédito internacional, para as empresas brasileiras, praticamente a zero. Alguns diziam que o Brasil estava à beira da falência".

A continuação da política econômica anterior e a responsabilidade do governo com os contratos estabelecidos propiciaram, no início da nova administração, uma reversão do quadro de crise. A manutenção dos fundamentos dessa política, porém, mesmo conseguindo certa possibilidade de êxito, a nosso ver não atingirá uma situação promissora, estável, como o já sucedido no governo passado. Compreendemos esse período como o de uma situação emergencial e transitória. Lula ter afastado a crise iminente e ter garantido a governabilidade não deixou de ser um êxito.

A vitória eleitoral de Lula tem repercussão histórica; abre um novo ciclo político no Brasil. Esse acontecimento tem alcance que vai além dos marcos da nação brasileira. Agora o desafio é mais difícil e complexo: governar um grande país, inserido numa realidade mundial adversa e de maior centralização de poder político e econômico, transformando uma situação econômica e social gravíssima em um novo tempo de conquistas sociais, de construção da soberania e de ampliação de direitos democráticos.

Superar os impasses atuais

O forte anseio de mudança, que floresceu desde o final da dé-

cada de 1990, se concentrou na confiança de vasta maioria da população que elegeu Lula como o mais preparado para unir o povo na busca de um novo caminho, de um projeto de desenvolvimento que supere os profundos impasses atuais. A esperança e os sonhos legítimos da maior parte dos brasileiros estão inspirados na crença de que seremos capazes – as novas forças lideradas por Lula – de construir esse novo Brasil. Há uma autêntica confiança das correntes avançadas e renovadoras, todas elas participando ou apoiando o atual governo, e de mais de 80% da nação em que alcançaremos o êxito na busca de saída dos pesados entraves a que está submetido o país.

Os caprichos da vida, com suas circunstâncias e variedades, moldaram o governo concreto, produto da realidade brasileira resultante no pós-eleição de 2002: um governo democrático, plural, que abarca amplas forças políticas, sob a plena hegemonia do PT. O novo governo, com Lula à frente, assume de imediato uma atitude de ouvir e consultar amplos setores representativos da nação, empenhando-se no combate à fome e ao analfabetismo, procurando definir a "inclusão social" como o norte do desenvolvimento; moldando uma política externa ativa e afirmativa, reforçando o papel de liderança principal do Brasil na integração da América do Sul com ampla reativação do Mercosul e posição de defesa da paz, contra a posição unilateral dos Estados Unidos de avocar a si o poder mundial e ocupar militarmente um país soberano.

O atual governo foi eleito essencialmente para realizar a mudança. Mas, em consequência da realidade adversa predominante – limites de poder, herança constrangedora, guerra imperialista – e tendo de assumir compromissos de manter os contratos e acordos preexistentes, é levado a dar seqüência à política econômica anterior. Portanto, vive objetivamente uma dualidade: continuar ou mudar o modelo econômico. Essa



Lula no pronunciamento à nação, dia 7 de abril

dualidade, como um "pecado original" do novo governo, é explorada por opositores à direita e à "esquerda" visando a seus objetivos próprios. Esse paradoxo tornou-se o cerne do problema. Não pode ser subestimado porque está nele, em grande medida, o presente e o futuro do governo, tendo em vista a vitória do nosso empreendimento mudancista.

Tendências extremas

Hoje, refletindo essa situação, emerge um crescente debate na imprensa, nos meios intelectuais e acadêmicos, nas organizações sindicais e sociais entre os que defendem a definição e concretização de um novo modelo de desenvolvimento e os que justificam a manutenção dos fundamentos do modelo liberalizante predominante. Todos, evidentemente, procurando influir, de uma forma ou outra, nos destinos do governo recém estabelecido. Muitos, de forma legítima, propondo ajustes na política econômica. É também patente que, no bojo dessa contenda, pululam, por um lado, aqueles que querem assegurar os interesses conservadores da lógica financeira e, por outro, aqueles que se prendem a idéias e propostas com forte dose de voluntarismo ou carregadas de fantasias.

É natural se manifestarem tendências extremas no âmbito de uma sociedade muito desigual e heterogênea, como a nossa, diante da exigência marcante do rumo a seguir. Tal situação reclama com intensidade uma posição mais nítida do governo constituído e das forças principais que o sustentam quanto aos objetivos do novo projeto, a alternativa de mudança e o caminho a seguir no tempo dos quatro anos de mandato. Essa sinalização de rota e do percurso a seguir fornecerá a compreensão e a "paciência" necessárias a todos os interessados na vitória do nosso empreendimento.

No PCdoB pensamos que, diante do desafio de transitar do velho modelo, já instituído e em vigor, ao novo a ser concretizado, as forças mais conscientes da singularidade da realidade presente e mais avançadas quanto ao caminho a seguir, incluindo aí vários setores dentro e fora do governo, têm o papel e a responsabilidade principal de definir e concretizar o rumo da verdadeira mudança. Em face da resultante do balanço de forças no Brasil e no mundo de hoje, se a mudança não pode ser abrupta, o centro da questão reside em como se deve definir e concretizar os objetivos e uma agenda da nova estratégia nacional de desenvolvimento. Is-

so porque, sem explicitação do novo projeto democrático de desenvolvimento, com metas de maior e menor prazo para os quatro anos do mandato, sem descuidar-se ao mesmo tempo de responder aos tormentosos problemas emergenciais, podemos cair no varejo, no buraco sem fundo, tornando-nos reféns do peso da inércia das instituições dominantes, não saindo dos marcos da situação vigente.

A concretização dessa importante tarefa só será possível com a formação de um núcleo com convicção estratégica transformadora dentro do governo Lula, com a formação de uma nova maioria política na Câmara dos Deputados e no Senado, com a interação e discussão com setores do pensamento mudancista e renovador na sociedade e com o apoio e a mobilização do povo, uma vez que, sendo indicada concretamente a perspectiva a seguir, mesmo os sacrifícios inevitáveis serão mais bem compreendidos.

O PCdoB está realizando uma Conferência Nacional para que os quadros e militantes se pronunciem sobre a nova situação. No documento-base da Conferência, enfatizamos que o centro da nossa luta atual é "atuar pelo êxito do governo Lula na condução das mudanças que consistem no aprofundamento da democracia e na adoção de um projeto nacional de desenvolvimento, voltado para a defesa da soberania do país e o progresso social".

É a primeira vez, em mais de 80 anos de história do Partido Comunista, que participamos do primeiro escalão do governo da República. Procuramos manter uma posição de defesa do novo governo – somos também seu artífice –, com inteira responsabilidade, salvaguardando nossa independência política e ideológica. Naturalmente, o nosso Partido e o governo (constituído de múltiplos partidos, sob a hegemonia do PT) têm objetivos comuns, mas concepções e ideais próprios e de natureza distinta, como numa relação frentista.

Estamos convencidos de que o êxito nesse embate por um novo caminho, ou uma "refundação" da República como marco histórico, depende de uma mudança efetiva que, essencialmente, consiste: 1) na alteração dos fundamentos econômicos, mesmo que gradativa, até aqui prevaletentes e definição de nova base de desenvolvimento sustentado, com distribuição de renda; 2) na recomposição do Estado nacional, desmontado e deformado pelos dois governos de Fernando Henrique Cardoso; 3) na reconstrução da soberania do Brasil em relação às forças políticas e econômicas mundiais e das Américas.

Temos a convicção de que podemos abrir um novo rumo para o país. A única forma de cumprir esse desafio, hoje, é através do governo Lula, e não fora dele ou em oposição a ele.

BOLETO DE ASSINATURA

R\$ 20,00
12 edições

JORNAL

A CLASSE OPERÁRIA

Órgão central do Partido Comunista do Brasil - Fundado em 1º/MAIO/1925



Proletários de todos os países, uni-vos!

FORMAS DE PAGAMENTO

- Cheque nominal
- Dinheiro
- Cartão de crédito C D V A
- Nº.: _____
- Validade: ____/____/____ (MÊS/ANO)
- Vale postal nº. _____
- Depósito em conta corrente
Banco Itaú Ag. 0251 C/C 48676-7

Nome: _____

Endereço: _____

Bairro: _____ CEP: _____

Cidade: _____ UF: _____

Tel. res.: (____) _____ com.: (____) _____

E-mail: _____

Profissão: _____ Data de nasc.: ____/____/____

Ed. final nº.:

Data de assinatura:

Edição inicial nº.:

EMPRESA JORNALÍSTICA A CLASSE OPERÁRIA: End.: Al. Sarutaiá, 185, Jd. Paulista, São Paulo, SP, Brasil - CEP 01403-010

Tel/Fax.: (11) 3054-1829 - End. eletrônico: www.vermelho.org.br/classe Correio eletrônico: assinatura@pcdob.org.br

CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabóis
*presidente do PCdoB

Resolução do Comitê Central sobre a 9ª Conferência Nacional do Partido Comunista do Brasil

A 9ª Conferência Nacional demarca um período especial na vida do Partido. Trata-se de um processo que exige intensificar a ação política e de massas do Partido, bem como dinamizar sua vida interna e impulsionar sua estruturação. Este processo deve ter por culminância, em junho próximo, a realização exitosa da Conferência Nacional, caracterizada por uma ampla participação dos quadros e militantes na elaboração coletiva da orientação partidária, alcançando o pensamento avançado do país, com extensa mobilização desde a base em cada estado e em cada município onde está presente o PCdoB.

Neste sentido, o CC conclama a todas as organizações partidárias e à militância em geral a empreender um programa de ação que tem por centro:

O debate, desenvolvimento e aplicação da orientação política traçada no documento *O Novo Tempo para o Partido – Buscar o Êxito do Governo Lula na Consecução de um Projeto Democrático, Nacional-desenvolvimentista*;

Realizar movimento pela Paz, Desenvolvimento e Trabalho:

Intensificar o esforço do PCdoB na luta pela paz, denunciando a guerra promovida por Bush como um crime contra a humanidade; o Partido deve empreender esforço de mobilização de amplas forças políticas e sociais, conferindo a amplitude necessária para as manifestações de denúncia, ao mesmo tempo em que deve se destacar com campanha própria;

Relançar a campanha pela Redução da Jornada de Trabalho, integrando os esforços da CSC-CUT, da UJS e da Conam; realizar grande esforço de mobilização em prol do Congresso da CUT; buscar consti-

tuir um Fórum dos Trabalhadores com vistas à unidade na defesa de seus interesses fundamentais junto ao novo governo; realizar campanha em defesa da Previdência Pública;

Reforçar a participação do PCdoB na Campanha Contra a Alca, integrando ou contribuindo para a formação de comitês nos estados;

Realizar grande esforço de apoio para um vitorioso Congresso da UNE, garantindo o sentido unitário, combativo e mobilizador dessa entidade frente à realidade brasileira e mundial;

Revigorar a vida partidária

Dar curso à última etapa do IV Plano de Estruturação Partidária (PEP), retomando e acelerando os planos estaduais já elaborados, adequando-os ao novo momento, particularmente quanto ao esforço de novas e extensas filiações e consolidação de comitês municipais.

Desenvolver ampla campanha publicitária em torno da legenda do PCdoB, tendo por centro a veiculação dos programas de rádio e TV, estimulando amplo esforço de filiações ao Partido e relançando **A Classe Operária** em caráter quinzenal;

Iniciar os trabalhos da frente de formação, tendo em vista o debate dos temas da Conferência, relançando a atividade regular da Escola Nacional e do IMG;

Intensificar a participação da militância no Sistema Nacional de Contribuição Financeira.

*Comitê Central
Partido Comunista do Brasil
23 de Março de 2003*



Renato Rabelo (em pé) faz o informe político na reunião...



... do Comitê Central que convocou a 9ª Conferência do PCdoB

Regulamentação da 9ª Conferência Nacional do PCdoB Abril a Junho de 2003

O Comitê Central do Partido Comunista do Brasil, considerando a mudança substancial no cenário político nacional após a vitória das forças de esquerda e progressistas nas eleições de 2002, sinalizadora de uma elevação do nível de consciência política do povo e dos trabalhadores e consolidada pela posse do novo governo federal, integrado também pelos comunistas, analisa como uma necessidade premente proceder-se a um amplo debate partidário sobre esta realidade para a construção de uma orientação política para os comunistas brasileiros e para o fortalecimento do papel e da estruturação do PCdoB nesse cenário. Considera que essa elevada tarefa exige o envolvimento do conjunto da militância comunista no país, para o que decidiu convocar sua 9ª Conferência Nacional.

Com base no disposto nos artigos 31, 32 e 33, que trata da convocação, funcionamento e caráter das Conferências Nacionais do Partido o Comitê Central apresenta, em sua 5ª Reunião Plenária, as orientações re-

gulamentadoras do processo de Conferência, dispostas a seguir.

Caráter, convocação e calendário

1 Fica convocada a 9ª Conferência Nacional do PCdoB, que se realizará de 26 a 29 de junho de 2003 em Brasília, Distrito Federal, cujos debates se iniciam com a publicação do documento-base elaborado pelo Comitê Central;

2 A Conferência tem caráter consultivo, sendo que suas resoluções deverão ser ratificadas pelo Comitê Central;

3 O temário da 9ª Conferência será *O novo tempo para o Partido – Buscar o êxito do governo Lula na consecução de um projeto democrático, nacional-desenvolvimentista*, sendo os debates baseados no documento elaborado pelo Comitê Central;

4 A 9ª Conferência Nacional obedecerá ao seguinte calendário nacional:

a) 21 a 23 de março – 5ª Reunião do CC que convoca a Conferência, aprova o docu-

mento, as normas e o calendário nacional;

b) 1º de abril – início do período de debates nos estados sobre o documento da Conferência;

c) 31 de maio – último dia para envio de artigos para a *Tribuna de Debates* na Internet;

d) 8 de junho – data limite para realização de reuniões dos Comitês Estaduais para eleger delegados à Conferência;

e) 10 de junho – prazo limite para os Comitês Estaduais enviarem ao CC as atas com balanço do processo de mobilização nos estados e relatório com as propostas recolhidas no debate

f) 14 e 15 de junho – 6ª reunião do CC para apreciar os debates realizados e debater a proposta de resolução a ser encaminhada à Conferência;

g) 26 de junho – abertura oficial e solene da 9ª Conferência Nacional;

h) 27 e 28 de junho – debates internos da Conferência;

i) 29 de junho – encerramento e conclu-

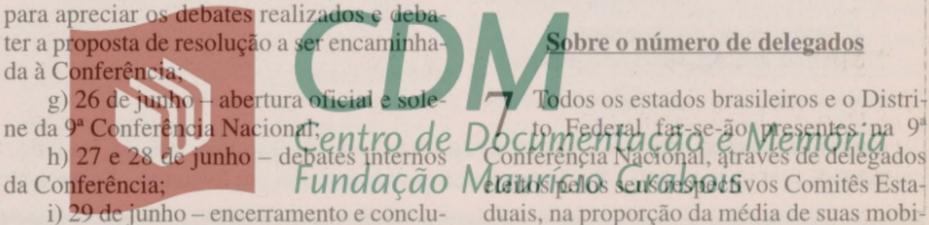
sões finais da Conferência; realização da 2ª Reunião Extraordinária do CC para ratificação das decisões da 9ª Conferência Nacional;

5 A 9ª Conferência Nacional é a culminação de um amplo processo que ocorrerá em todos os estados brasileiros e no Distrito Federal; nos estados, ela se realiza em sessões estaduais, precedidas de sessões municipais e até mesmo distritais, onde houver, e assembleias de base;

6 A 9ª Conferência Nacional homenageará Karl Marx, nos 120 anos de sua morte completados em 14 de março; terá por patrono, *in memoriam*, João Amazonas, falecido em 27 de maio de 2002;

Sobre o número de delegados

7 Todos os estados brasileiros e o Distrito Federal far-se-ão presentes na 9ª Conferência Nacional, através de delegados municipais e seus respectivos Comitês Estaduais, na proporção da média de suas mobi-



lizações para as Conferências de 2001 (10º Congresso) e de 2002 (eleições gerais), cuja tabela de proporcionalidade segue anexa a esta resolução;

8 Fica estabelecido um limite máximo e geral de 330 (trezentos e trinta) delegados à 9ª Conferência, assegurando-se uma cota mínima de dois delegados por estado;

9 A 9ª Conferência Nacional contará com 264 delegados eleitos pelos Comitês Estaduais e 66 delegados membros do CC, entre titulares e suplentes, todos com direito a voz e voto;

10 Serão eleitos suplentes na proporção de 20% (vinte por cento) do total dos delegados, assegurando-se um mínimo de dois suplentes por estado. Os suplentes substituirão, na ordem de sua eleição, os delegados impossibilitados de comparecer à Conferência;

Os debates e o papel dos estaduais

11 Os Comitês Estaduais devem proceder a um amplo debate com o conjunto dos militantes do Partido no âmbito estadual. Para isso devem utilizar todas as formas de mobilização que dispõe o artigo 20, parágrafo 9º dos estatutos do Partido, onde são mencionadas as "reuniões regionais, setoriais, ativos, seminários, reuniões de presidentes", bem como outras que julgar convenientes, dando prioridade às reuniões a partir das bases do partido;

12 Caberá aos Comitês Estaduais a publicação de normas que regulamentarão o processo dos debates nas sessões municipais da 9ª Conferência Nacional bem como o controle desse processo;

13 No processo de debates, o CC e os Comitês Estaduais, bem como os comitês municipais e distritais, poderão contar com a presença de convidados do

Partido, personalidades, intelectuais, estudiosos de determinados assuntos;

14 Os Comitês Estaduais devem realizar, em todas as cidades onde o Partido está organizado, sessões municipais da Conferência Nacional e delas receber, através dos Comitês Municipais, as propostas votadas de alteração dos documentos, um resumo dos debates municipais bem como a quantidade de camaradas participantes;

15 Os Comitês Estaduais realizarão sessão específica da 9ª Conferência Nacional, com prazo limite de 8 de junho, com plenárias amplas e representativas do coletivo, quando votarão um relatório final acerca dos debates realizados sobre o tema da Conferência;

16 Os Comitês Estaduais informarão ao CC o balanço do processo de mobilização estadual, fazendo ata sucinta contendo o número de mobilizados no estado, número de OBs participantes, número de cidades envolvidas dos debates, convidadas especiais e o relatório com as emendas ao documento do CC;

O processo de escolha dos delegados e as emendas ao documento

17 Nos termos do artigo 32 dos Estatutos partidários, os Comitês Estaduais elegerão os delegados e suplentes no número aprovado pelo CC;

18 A condição para ser delegado à 9ª Conferência Nacional é a de estar em dia com a tesouraria nacional do Partido por intermédio do Sistema Nacional de Contribuição Militante (SINCOM), comprovado mediante o cumprimento das cotas de janeiro de 2003 até a data da eleição respectiva, condição essa extensiva a todos os membros dos plenos dos Comitês Estaduais e do CC;

19 Os delegados devem refletir necessariamente o espectro do conjunto da militância do Partido, dos seus diversos segmentos e setores sociais em que o Partido atua, podendo estes ser ou não da direção estadual;

20 Os Comitês Estaduais deverão enviar os nomes dos delegados e suplentes ao CC, após a reunião que os elegeu, observando-se a data limite de 20 de junho, para efeito de credenciamento;

21 Os Comitês Estaduais recolherão uma taxa de inscrição por delegado, tendo por base o custeio geral das despesas do evento (alimentação, hospedagem e infra-estrutura), excluídas as despesas com deslocamento, que são de responsabilidade própria de cada Comitê Estadual. O montante da taxa será fixado pelo Secretariado Nacional;

22 O não pagamento da inscrição implicará na não participação da respectiva delegação estadual na fase final da 9ª Conferência Nacional;

23 A critério do CC, este poderá convidar outras pessoas, militantes ou não do Partido, para participar da sessão final da 9ª Conferência Nacional;

Tribuna de Debates

24 O militante participa em sua Organização de Base, nas sessões municipais e estaduais e também através da *Tribuna de Debates*;

25 A publicação da *Tribuna de Debates* ficará a cargo da Comissão Editorial composta por José Carlos Ruy, Edvar Bonotto e Pedro de Oliveira e será incumbida de receber os artigos escritos pelos militantes a respeito dos temas em debate;

26 A partir de 1º de abril, os artigos deverão ser encaminhados à Comissão

Editorial, através do endereço eletrônico debates@pcdob.org.br que as fará publicar em uma área especial na página do PCdoB na internet (www.pcdob.org.br). Os artigos também poderão ser enviados à sede do Partido, situado na Alameda Sarutaiá, 185, Jardins, cep: 01403-010, São Paulo - SP;

27 Todos os artigos serão publicados pela ordem de chegada com o limite de 31 de maio e serão consolidados em Cadernos de Debates editados e publicados pelo Comitê Central para o conjunto da militância. Cada militante terá direito a até três artigos;

28 A *Tribuna de Debates* destina-se exclusivamente à exposição de opiniões individuais dos militantes e seus artigos devem conter a assinatura e local de sua militância partidária;

29 Como órgão de discussão da Conferência Nacional, a *Tribuna de Debates* somente publicará artigos estritamente relacionados ao tema da Conferência. Não serão aceitos os que usem termos de baixo calão, ofensas pessoais ou ataques ao Partido. Poderão ser em até 3 (três) laudas jornalísticas (4.200 caracteres, incluídos os espaços);

30 A Comissão Editorial considerando algum artigo suscetível de alteração por contrariar o presente regulamento, devolverá ao autor com as observações pertinentes para que o mesmo proceda às modificações. Caso o autor persista na redação inicial, caberá à Comissão Editorial, a decisão sobre a publicação do artigo;

31 Das decisões da Comissão Editorial cabe recurso ao Secretariado Nacional, Comissão Política Nacional e ao pleno do CC.

São Paulo, 23 de março de 2003.
O Comitê Central do PCdoB

NÚMERO TOTAL DE DELEGADOS ELEITOS PELOS COMITÊS ESTADUAIS PARA PARTICIPAR DA 9ª CONFERÊNCIA NACIONAL DO PCdoB 26 A 29/6/2003					
UF	2001	2002	Média	Delegados	Suplentes
SP	5.834	5.510	5.672	46	9
RJ	4.222	5.577	4.900	40	8
BA	3.242	2.100	2.671	22	4
AM	2.641	1.512	2.077	17	3
MG	2.182	1.971	2.077	17	3
PA	1.728	1.730	1.729	14	3
CE	2.001	1.438	1.720	14	3
PE	1.720	1.460	1.590	13	3
RS	1.473	1.141	1.307	11	2
MA	1.737	865	1.301	11	2
AC	1.355	927	1.141	9	2
GO	1.036	636	836	7	2
PI	1.285	150	718	6	2
PR	423	600	512	4	2
ES	302	638	470	4	2
SC	425	510	468	4	2
AL	468	375	422	3	2
PB	342	347	345	3	2
SE	422	263	343	3	2
RN	417	260	339	3	2
DF	315	300	308	3	2
AP	142	154	148	2	2
RO	80	90	85	2	2
MT	69	47	58	2	2
RR	41	50	46	2	2
MS	36	38	37	2	2
TO	10	5	8	2	2
TOTAL	33.948	28.694	31.328	266	75

Delegados Eleitos pelos CEs266
Delegados do Comitê Central66
Delegados Total 9ª Conferência332

CALENDÁRIO DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL PARA 2003

MARÇO
21, 22 e 23 (Sexta, Sábado e Domingo) – 5ª Reunião do Comitê Central (Aprovações dos ajustes para a 2ª Etapa do IV PEP; convocação, normas e deliberação sobre o documento com o tema central da 9ª Conferência Nacional do PCdoB);

ABRIL
(Início dos debates acerca da Conferência Nacional)
25 (Sexta) – 13ª Reunião da Comissão Política do Comitê Central

MAIO
(Debates e mês de reuniões dos CEs sobre a Conferência Nacional)
23 (Sexta) – 14ª Reunião da Comissão Política do Comitê Central

JUNHO
(Mês de realização da Conferência Nacional)
8 (Domingo) – último dia para reunião dos CEs para aprovar emendas ao documento e eleger delegados à 9ª Conferência.
14 e 15 (sábado e domingo) – 6ª Reunião do Comitê Central - Deliberar sobre as emendas dos CEs ao texto do documento da 9ª Conferência Nacional.
26 a 29 (sexta-feira a domingo) – 9ª Conferência Nacional;
29 (domingo) – 2ª Reunião Extraordi-

nária do Comitê Central - ratificar as resoluções da 9ª Conferência Nacional;

JULHO
(Início do processo partidário de Conferência Estadual - mês das Assembleias de Base)
18 (Sexta-feira) – 15ª Reunião da Comissão Política do Comitê Central

AGOSTO
(Mês das Conferências Distritais e Municipais)
15 (Sexta-feira) – 16ª Reunião da Comissão Política do Comitê Central

SETEMBRO
(Mês das Conferências Estaduais – Aprovação dos Planos Bienais dos CEs)
5 (Sexta-feira) – 17ª Reunião da Comissão Política do Comitê Central

OUTUBRO
10 (Sexta-feira) – 18ª Reunião da Comissão Política do Comitê Central

NOVEMBRO
7 (Sexta-feira) – 19ª Reunião da Comissão Política do Comitê Central
15 e 16 (Sábado e Domingo) – 7ª Reunião do Comitê Central

DEZEMBRO
5 (sexta-feira) – 20ª Reunião da Comissão Política Nacional

OBSERVAÇÕES:
1. O Congresso da UNE deverá ser realizado no final de semana anterior à Conferência, ou seja, de 18 a 22 de junho. Esta data aproveita o feriado de Corpus Christi, dia 19 de junho, quinta-feira.
CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

Um novo tempo para o Partido – buscar o êxito do governo Lula na consecução de um projeto democrático, nacional-desenvolvimentista

DOCUMENTO APROVADO
PELO COMITÊ CENTRAL
DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL
EM 22 DE MARÇO DE 2003
PARA A 9ª CONFERÊNCIA NACIONAL
DO PCDOB

1 A vitória de Luis Inácio Lula da Silva para a Presidência da República abre um novo ciclo histórico e político no Brasil – não se tratando de uma simples alternância de governo. Esse desfecho parte de causas objetivas e subjetivas. Na última década agravou-se sobremodo o impasse histórico brasileiro, em razão da aplicação do projeto de molde ultraliberalizante e desnacionalizante, intensificando o movimento de ampliação do endividamento externo. O efeito cumulativo de ciclos de dependência cada vez mais profundos e de extrema concentração de renda gerou a crise atual manifestada pela contradição entre duas tendências: uma definida pelo anseio de soberania nacional e progresso social, respaldada em crescente aspiração democrática e popular, e, outra, definida pelo projeto neoliberal, consumado pelo pacto de setores da classe dominante tradicional que se submeteram às imposições do sistema de poder do império hegemônico e dos círculos financeiros centrais. A campanha eleitoral do ano passado expressiu-se pela luta entre essas duas tendências, consagrando uma ampla vitória da oposição desde o primeiro turno. Tal êxito foi concretizado por uma frente política liderada por Lula – forma de manifestação da primeira tendência –, com mais de 60% dos votos válidos no último turno das eleições. Confirmaram-se, assim, as análises feitas pelo 10º Congresso do Partido em dezembro de 2001. Agora, o Brasil passa a viver uma nova fase política, surgindo pela primeira vez em sua história a possibilidade da consecução de um projeto democrático, nacional-desenvolvimentista de cunho progressista, dirigido por novas forças políticas e sociais, democráticas e populares.

2 A dimensão da vitória vai além dos marcos do plano nacional porque impôs um revés político sobre a atual agenda programada pelo imperialismo hegemônico e a oligarquia financeira para a América do Sul, ensejando, assim, a abertura de uma via alternativa à fórmula única dominante da neoliberalização capitalista em um grande país.

A realidade mundial contemporânea – sua complexidade e a busca de alternativas

3 O cenário mundial marcado pela intensificação da internacionalização econômica, sob a égide da liberalização financeira, aguçou como nunca a lógica de aumento da centralização da riqueza e do agigantamento do capital fictício, especulativo, rebaixando acentuadamente o investimento na esfera produtiva. Esse padrão moderno de reprodução do capital, surgido em meados da década de 70, vem demonstrando que o modo de produção capitalista vigente há mais de três séculos atravessa em sua



Povo nas ruas é imprescindível para impulsionar o novo projeto

evolução uma etapa descendente, caracterizada por uma crise que vai se tornando crônica, de tensão permanente, atingindo o sistema de forma integral. A presente tendência recessiva nos países capitalistas centrais provoca desemprego crônico e massivo e elevado endividamento de governos, de empresas, da população. Isso, em grande medida, decorre do estouro da “bolha” inflada pela hipertrofia dos mercados financeiros. Nos últimos três anos, os investidores perderam 13,9 trilhões de dólares nas principais bolsas do mundo, somente comparável ao período da grande crise de 1929, 1930. Grandes bancos, e conglomerados empresariais, chegaram à falência ou amargaram prejuízos enormes.

4 A crise é produto da dimensão do impasse do sistema capitalista atual, manifestação exacerbada das contradições do mundo contemporâneo. A natureza do regime capitalista-imperialista não mudou sua essência. Para esse sistema, a saída da crise estrutural, historicamente e em última instância, tem sido a exacerbação da sua política de força, a provocação de focos de tensão, até a deflagração da guerra. Desde o 11 de setembro de 2001, o imperialismo norte-americano encontrou pretexto, na luta contra o terrorismo, para impor seu intento guerreiro, diante da grave crise, ameaçando a soberania, a democracia, a paz e o próprio destino da humanidade. Ele já definiu seu plano de guerra global e “infinita”, que se iniciou no Afeganistão – e agora é a vez do Iraque, ao mesmo tempo em que fabrica grande provocação na península coreana e segue em seu alvo de ataque localizado naquilo que denominam eixo “do mal”. Os Estados Unidos assumiram uma crescente ação unilateral avocando para si a condição de poder hegemônico no mundo e tentam chantagear a ONU impondo os seus desígnios. A despesa orçamentária desse país para este ano destina US\$ 399,1 bilhões (17,9% dos gastos totais) ao crescimento do arsenal bélico; a maior comparada à de qualquer outro período da sua história.

5 É preciso considerar que o grau de irracionalidade a que chegou a política externa do imperialismo norte-americano implica em grande ameaça ao próprio processo de civilização alcançado pela hu-

manidade. A decisão de guerra da superpotência norte-americana vem desencadeando no mundo amplos e massivos movimentos pela paz, contra a guerra imperialista; e a sua intensificação guerreira exacerba antigas contradições, acentua a divisão no campo imperialista e provoca novos antagonismos. A luta pela paz contra a guerra na atualidade tem um sentido antiimperialista e revolucionário, adquire uma dimensão nova por sua extensão mundial, contribui para o desmascaramento dos verdadeiros intentos do império norte-americano, abrindo passagem para um acúmulo mais favorável à mudança do atual quadro de forças no mundo. As grandes manifestações no mundo contra a guerra ao Iraque, no dia 15 de fevereiro último, foram consideradas sem precedentes na história da luta pacifista.

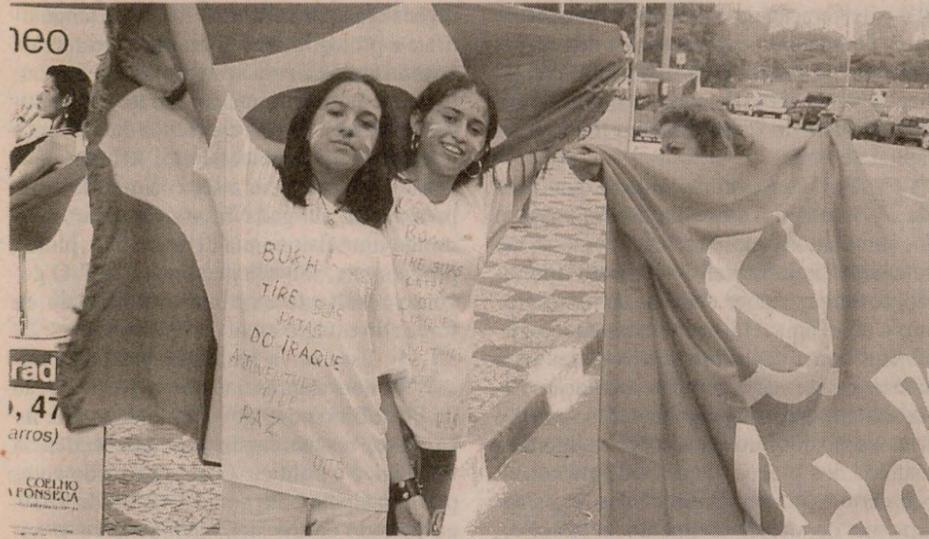
6 Nos marcos da globalização, as políticas ultraliberalizantes provocaram grandes estragos sociais e retrocessos econômicos nos países ditos periféricos, condicionando uma situação de profunda crise estrutural; cavando mais fundo a desigualdade econômica que separa esses países e os de capitalismo avançado. Onde essas políticas foram aplicadas os países pagaram custos altíssimos, ficando à mercê da livre movimentação do capital financeiro; e multiplicaram-se os seus endividamentos, tornando-se mais vulneráveis e empobrecidos e produzindo uma coleção de fracassos, segundo o próprio economista norte-americano Joseph Stiglitz, ex-vice-presidente do Banco Mundial. As crises vêm se sucedendo: primeiro, em 1994 no México; depois, no Sudeste asiático em 1997; na Rússia em 1998; no Brasil em 1999; na catástrofe que atingiu a Argentina, alcançando as economias centrais, com o estouro da “bolha” nos Estados Unidos; e com a semiestagnação mais recente na Europa e no Japão (onde já dura doze anos), vincando uma tendência recessiva que atingiu a economia mundial.

7 Ao mesmo tempo, um crescente e amplo movimento contra as políticas neoliberais se estendeu no âmbito internacional e em cada país. O III Fórum Social Mundial realizado em Porto Alegre deu uma amostra da dimensão e extensão alcançada por essa resistência antineoliberal e antiimperialista em todo o mundo. Na América Latina de-

sencadeou-se extenso clamor por mudanças entre os povos dessa região, manifestado na América do Sul através de importantes conquistas políticas das forças democráticas, populares e progressistas – com os governos de Chávez, na Venezuela; Lula, no Brasil; Gutierrez, no Equador; o rápido crescimento eleitoral dessas forças avançadas na Bolívia e no Uruguai; e a elevação da consciência antineoliberal e do movimento de massas na Argentina. Torna-se importante destacar nesse contexto atual a luta de Estados nacionais soberanos contra as ingerências imperialistas; o êxito de países asiáticos no retorno à rota do desenvolvimento, que seguiram caminho próprio, renegando o receituário do FMI; e o sucesso que vêm conquistando no desenvolvimento econômico e social os países que mantiveram a perspectiva socialista, principalmente o crescente papel político e econômico desempenhado pela China no mundo. Todos esses fatos e fenômenos positivos indicam que a resistência ao neoliberalismo está entrando em um novo momento de seu desenvolvimento.

8 Entretanto, no exame do quadro geral perdura um balanço de forças adverso à mudança do sistema de poder capitalista-imperialista dominante. A crise do socialismo do final do século passado e a derrocada da URSS e dos países do Leste da Europa provocaram uma derrota estratégica de grande monta para o movimento revolucionário e de libertação dos povos em todo o mundo, que ainda não reúnem condições para uma ofensiva em busca do êxito atual de novo empreendimento socialista. Hoje, a realidade de grave crise, exacerbada com os preparativos de guerra, cria uma situação propícia ao crescimento da luta dos povos e ao acúmulo de forças de sentido antiimperialista, mas, de modo geral, não inverte a tendência dominante da ordem imperialista atual e de uma situação contra-revolucionária. Mantém a predominância política e ideológica do regime neoliberal, apesar de seus fracassos, obstaculizando uma saída fora dos marcos da sua vigência.

9 Por outro lado, é importante acentuar que o plano guerreiro de domínio mundial da superpotência norte-americana incutirá em maior grau a luta dos interesses geopolíticos contraditórios. Embora imediatamente possa provocar um cenário de sofrimentos para toda humanidade, essa investida hegemônica pode apressar o fracasso da ordem imperialista unipolar atual, abrindo novo passo para as forças progressistas e revolucionárias. Ao mesmo tempo, no cenário do nosso continente sul-americano, o crescimento da resistência, produto da crise estrutural, permitiu em três países a vitória de governos contrários ao legado neoliberal, abrindo uma nova fase de luta – continuidade ou mudança, ou seja, o desafio governamental de construir a alternativa à vigência neoliberal. A luta pela mudança se estende por todo o continente – apesar do elevado grau de fragmentação e dificuldade de coesão frentista das forças antiimperialistas em luta. O crescimento das bandeiras da democracia, soberania e desenvolvimento, trabalho e direitos sociais,



Integrantes da UJS em ato contra a guerra imperialista

integração da América do Sul, contrária à proposta da Alca apresentada pelos Estados Unidos e, agora, unindo-se à luta mundial pela paz, contra a guerra imperialista. O movimento político mudancista tem desembocado em eleições realizadas dentro dos limites institucionais vigentes e suas forças-dirigentes principais têm caráter democrático radical, nacionalista, influenciadas em maior ou menor grau por uma perspectiva social-democrata.

10 Essa realidade de paradoxos e contradições no mundo e na América do Sul revela o estágio da batalha política em desenvolvimento, seu alvo e forças motrizes, seus limites e os novos desafios para seu avanço – tendo em vista a construção de uma nova ordem mundial democrática e solidária e de Estados nacionais que superem os regimes atuais de dependência externa, extrema desigualdade e crescente perda de direitos sociais –, abrindo caminho para projetos alternativos ao neoliberalismo. As correntes políticas mais conseqüentes estão diante de um quadro geral de defensiva à consecução do objetivo estratégico transformador, revolucionário, traduzindo-se no âmbito nacional em pesadas restrições políticas e ideológicas e econômicas internas e externas ao desenvolvimento econômico e ao progresso social; determinando, diante disso, diferenciado e prolongado processo de acumulação de forças. Hoje, esse processo cumulativo consiste na definição das tarefas políticas de formação de uma frente mundial pela paz, contra a guerra imperialista; na unidade dos povos e países por sua integração política e econômica contra as injunções hegemônicas do imperialismo; e no desenvolvimento da luta em cada país pelo êxito de um projeto emancipador e democrático.

As novas condições da luta do povo brasileiro

11 A vitória de Lula emerge desse contexto geral de crise profunda e resistência, que toma sua feição própria na situação específica do impasse brasileiro e das suas contradições. Inaugura uma nova fase de luta do nosso povo, pelo fato de se ter constituído no êxito das forças políticas e sociais, líderes da frente vitoriosa, identificadas com os interesses democráticos, progressistas e populares. Novas forças encontram-se agora diante de um desafio mais complexo e difícil: governar um grande país dando o passo histórico da sua emancipação contemporânea. Ou seja, superar hoje os marcos impostos pelo domínio imperial e pelas exigências predominantes dos círculos financeiros centrais, construindo um projeto democrático, nacional-desenvolvimentista de base popular.

12 O novo governo, produto de ampla frente política consumada no 2º turno do último pleito eleitoral, foi levado, diante do quadro de forças estabelecido pós-eleição, a estender a diversidade de sua composição, representando seu ministério uma frente de múltiplas forças de esquerda e de centro do espectro político brasileiro, sob a plena hegemonia do Partido dos Trabalhadores e de sua corrente majoritária. Os comunistas participam no primeiro escalão do novo governo, pela primeira vez na história do Brasil.

13 A nova realidade, inaugurada pelo governo Lula, consiste de componentes objetivos e subjetivos que definem o atual estágio da correlação de forças em desenvolvimento, que se configura pelo seguinte: 1) O novo governo resultou de uma expressiva vitória eleitoral alcançando mais de 60% dos votos válidos, tendo apoio de ampla frente oposicionista, conduzida pelo PT; 2) o governo goza de amplo respaldo das forças populares organizadas, da simpatia de contingentes representativos das camadas médias e de importantes setores da burguesia; e 3) a derrota dos partidos conservadores levou à sua maior fragmentação e dispersão a base política que sustentava o governo FHC. Agindo em sentido contrário a essa tendência renovadora, pode-se considerar que: 1) As correntes conservadoras, apesar da derrota na disputa pela Presidência da República, mantiveram posições importantes nos governos estaduais e no Congresso Nacional, dificultando a formação da maioria absoluta para o governo Lula; e 2) a engrenagem que modela o quadro institucional vigente e sua estrutura econômica – herança dos governos da década de 90 –, segundo interesses de setores ainda dominantes (internos e externos), apesar do desgaste atingido, mantém-se intacta. A resultante mais importante desse balanço de forças é que as novas correntes vitoriosas chegaram ao governo nacional, alcançaram posições e postos políticos fundamentais; porém, ainda não conquistaram o poder real de forma plena. Pelo exposto, pode-se sugerir que em decorrência da correlação de poder existente, o governo Lula ainda não reúne as condições necessárias para a ruptura imediata com o rumo dominante precedente.

14 O novo governo, com esses limites de poder político, tem a incumbência de realizar mudanças no sentido de um modelo de desenvolvimento voltado para o crescimento da economia, a afirmação da soberania nacional e a melhoria das condições de vida do povo; e de transformar um país que vive constantemente sujeito a pressões e crises de natureza cambial e financeira recorrentes (em 2002 o Real se desvalorizou 52,3% frente ao dólar), que diante do risco constante da insolvência, conseqüência da sua extremada vulnerabilidade externa, tornou-se prisioneiro do receituário imperativo do FMI. A política conduzida pelo governo FHC de abertura irrestrita dos mercados e desregulamentação financeira, propiciando livre movimentação do capital forâneo, tanto no regime de câmbio fixo como no de flutuante, provocou uma situação de semiestagnação em mais uma década de nossa história econômica, elevando dívidas e déficits públicos a um patamar inédito. Mesmo a estabilidade monetária conseguida com custos elevadíssimos para a nação, através da adoção dessa política ultraliberalizante, foi sendo erodida, alcançando a inflação um patamar elevado, diminuindo mais ainda a renda dos assalariados.

15 O agravamento da situação em 2002, reflexo da crise estrutural, provocou o surgimento de um conjunto de problemas emergenciais – déficits, juros astronômicos, inflação, crise do setor energético. A isto se acrescenta a urgência assumida pelo agravamento sem precedentes das condições de vida do povo. A inquietação frente ao crescente desemprego e à in-

segurança provocada pelo avanço da criminalidade cria na população um sentimento de grande instabilidade. Os dados são contundentes. O ano se inicia com o desemprego atingindo 11,5% da População Economicamente Ativa (PEA), segundo o IBGE. Em 2002, o rendimento médio real dos trabalhadores ocupados sofreu uma retração de 12,7% em relação a 1998. Um país que ocupa o 70º lugar quanto ao Índice de Desenvolvimento Humano - IDH, necessita de investimentos públicos urgentes num cenário que pode se tornar mais difícil com a deflagração de guerra ou a expansão da tendência recessiva mundial.

16 As contas públicas estão profundamente desequilibradas como resultado dos persistentes déficits externo e interno. O passivo externo brasileiro – soma da dívida externa com o capital estrangeiro aqui investido – se aproxima dos US\$ 400 bilhões. O custo e a amortização desse passivo estão na casa dos US\$ 50 bilhões anuais ou US\$ 1 bilhão por semana. A dívida pública (interna e externa) atingiu em dezembro último a cifra de R\$ 893,3 bilhões, que representa 55,89% do PIB. Numa projeção poderá ultrapassar R\$ 1 trilhão em 2003. Nada menos que 83,21% dessa dívida estão indexados à taxa de juros do dia (over/selic) e ao dólar. Os encargos da dívida pública em 2003 estão calculados em R\$ 300,1 bilhões, apontando para um agravamento da situação. Em 2002, a despesa com os encargos da dívida pública já havia consumido R\$ 194,73 bilhões dos cofres públicos, gerando um déficit no conceito nominal de 4,38% do PIB, o que, apesar do pesadíssimo superávit primário de 4,06% do PIB, nesse ano, obrigou o governo passado a um novo acordo com o FMI, instituição da qual sacou – sob duras condicionalidades – US\$ 11,48 bilhões em 2002. Como isso ainda não fosse suficiente, o governo lançou mão das reservas internacionais do país que fecharam o ano passado, em termos líquidos, em US\$ 13,6 bilhões, um recuo de 41,4% em relação a 2001.

17 O governo encontra um país envolto em gravíssima dificuldade, segundo afirmativa do Presidente Lula, sem dispor de meios imediatos para uma solução eficaz, premido por um orçamento herdado, comprometido substancialmente com o pagamento dos encargos da dívida pública. Deve-se considerar seriamente a gravidade da situação – legado de crise estrutural e conjuntural que se soma à ameaça de guerra imperialista – que constrange sobretudo a retomada do desenvolvimento, criando difíceis obstáculos à abertura do caminho alternativo, democrático, de reconstrução nacional e progresso social. Portanto, a luta para as forças interessadas na mudança se desenvolve ainda num quadro de poder limitado, em uma conjuntura interna e externa adversa.

18 O governo recém-instalado se define por um caráter democrático e progressista reunindo todas as forças avançadas do país, interessadas na emancipação nacional, instaurando fóruns de consulta no intento de estabelecer amplo pacto político para governança; assume de imediato o combate à fome, procurando definir a “inclusão social” como o norte do desenvolvimento; e tenta estabelecer uma política externa ativa e afirmativa, reforçando o papel de liderança principal do Brasil na integração da América do Sul com ampla reativação do Mercosul e posição de defesa da paz, contra a guerra. Em contraste, permanece preso à política econômica conservadora anterior, seguindo os compromissos já assumidos desde a campanha eleitoral, na “Carta aos Brasileiros”, diante da crise financeira e cambial vivida pelo país. O novo governo revela assim, neste começo – como efeito exposto do nível da correlação de forças –, uma feição contraditória: assume um caráter democrático e dá seguimento ao mesmo tempo à política econômica anterior.

19 O novo cenário da luta política define-se pelo nível da batalha em curso – limites de poder, herança constrangedora, a guerra em curso –, podendo se deprender disso, então, que apesar da dificuldade imediata em se reunir condições para a ruptura com o modelo neoliberal, o que es-

tá posto é como se pode e se deve mudar o rumo dominante, definindo com nitidez desde já os objetivos, as metas e o processo de construção de uma estratégia nacional de desenvolvimento, considerando-se a evolução da situação interna e externa. Por isso, é necessário que o novo governo transmita à sociedade a sua agenda em relação ao rumo mudancista a ser seguido, “um gesto inaugural” (na expressão da sensibilidade de Luiz Fernando Veríssimo), estimulando um amplo movimento de diálogo e mobilização. Dessa forma, as dificuldades presentes serão compreendidas melhor e o apoio se tornará duradouro porque se moverá em função de uma perspectiva determinada.

20 Como ficou evidenciado, o governo Lula resultou do desenvolvimento da contradição entre duas tendências objetivas: a manutenção do caminho seguido pelo governo passado ou a busca de uma outra via, a mudança do quadro predominante. Essa tendência tomou forma concreta, alcançando a vitória, por meio de uma política acertada, de uma afirmação maior da liderança popular de Lula e de uma ampla aliança de forças. Estabelecido o novo governo, essa contradição não desapareceu; ao contrário, tomou maior dimensão e tende a se acirrar, porque agora surge a possibilidade da aplicação da nova política, que se choca com poderosos interesses internos e externos – o hegemonismo do imperialismo norte-americano na América Latina e a centralidade da oligarquia financeira na condução econômica –, protegidos por instituições implantadas numa estrutura econômica que impede a mudança.

21 A luta entre as duas políticas – a velha e a nova a ser concretizada – está presente no âmbito governamental e na sociedade, não estando definido de antemão o desfecho desse embate. Inaugura-se, assim, uma nova fase de luta para as correntes revolucionárias, democráticas e patrióticas, que consiste na construção efetiva da alternativa de superação da hegemonia neoliberal, reunindo amplas forças políticas e sociais para tanto e fazendo vingar o projeto nacional, democrático e popular. Os movimentos dos trabalhadores, das camadas populares e médias, dos estudantes e setores empresariais, através de suas organizações, poderão ser as forças-motrizes fundamentais para a mudança. Essa luta pela transição da situação presente à nova realidade, na qual predomine o novo projeto, é que caracteriza a fase atual da luta política em nosso país.

A luta pela mudança de rumo

22 Em conseqüência dos compromissos assumidos na campanha, em face da crise financeira e cambial, dos poderosos interesses dos “agentes econômicos” e dos entraves das pesadas restrições internas e externas herdadas, o novo governo encontra-se diante de um paradoxo: assegurar os contratos firmados no período Fernando Henrique Cardoso ou mudar o projeto aplicado pelo governo passado. Essa dualidade revela as pressões para o continuísmo, que podem se avolumar diante do peso da inércia das instituições, da ausência de uma convicção estratégica transformadora a ser seguida e ainda diante da falta de uma mobilização popular maior. O centro da questão está em que não haverá mudança efetiva sem alteração dos fundamentos econômicos até aqui prevaletentes e sem a recomposição do Estado nacional. Ao contrário do que afirmava Fernando Henrique na sua pré-dica diversionista, o Brasil não está preparado para crescer. A sua política produziu maior vulnerabilidade externa, estagnação econômica, provocou retrocesso no nível da renda e do emprego do trabalhador e rebaiou sua condição de trabalho.

23 Neste momento, o pensamento predominante no governo é de reafirmar o compromisso de mudança profunda, embora conclua que o país não consegue fazer uma virada rápida de política econômica, mantendo uma posição defensiva diante do temor da fragilidade externa, de uma reafirmação dos “mercados” de emergência de guerra, levando à manutenção “emergencial” do regime de juros altos e de superá-



A presença feminina é fundamental para garantir novos rumos ao país

vits primários escorchantes. No limite, pode-se entender essas medidas como contingenciais e transitórias. Porque é falsa a idéia de que a política macroeconômica do governo anterior pode ser mantida por um ou dois anos para então ser substituída. O mais provável é que, isso acontecendo, a crise poderia se agravar “empurrando” para uma saída mais difícil, ou se conseguiria um crescimento contido – como sempre –, voltando-se a conviver com o mesmo círculo vicioso de crise financeira e cambial.

24 A verdade é que as exigências impostas para se manter a “confiança do mercado” – interesses dos círculos financeiros centrais – vão se tornando cada vez mais contraditórias com as necessidades da ampla maioria da sociedade, que abarca desde os trabalhadores até as camadas populares e médias, e incluindo empresários de vários portes. Assim acontecendo, ao fim e ao cabo, o governo perderá a confiança tanto do povo quanto do mercado financeiro. A recente experiência histórica demonstra que a aplicação das políticas neoliberais enterrou a possibilidade de desenvolvimento, levando os países “periféricos” a pagarem um preço muito alto, tornando-os mais vulneráveis e empobrecidos. Em legítima fundamentação, o economista Luis C. Bresser Pereira chega à conclusão de que no caso brasileiro ao invés de fazer o país crescer, o capital de fora – tomado como principal financiador da economia – só teria contribuído para o subdesenvolvimento econômico. Em contrapartida, onde se conseguiu romper, pelo menos em parte, com as rígidas regras liberalizantes começou a se colher resultados favoráveis ao desenvolvimento e ao emprego, como em alguns países da Ásia.

25 Por tudo isso, se a mudança não pode ser abrupta, o cerne do problema reside em como se deve definir e explicitar a nova estratégia nacional de desenvolvimento em face das condições presentes, indicando uma nova agenda com objetivos e metas no prazo de vigência do atual governo, encaminhando o processo de mudança. Essa sinalização de rota em termos concretos elevará a confiança da grande maioria interessada em contribuir e participar do novo empreendimento da mudança. As reformas em discussão se não forem apontadas no rumo da ampliação da democracia, dos direitos sociais e de uma nova estratégia de desenvolvimento, se confundirão com a agenda do governo passado, ficando à mercê da disputa de múltiplos interesses. Embora os acordos e contratos anteriores tenham de ser considerados, o PCdoB tem afirmado que apesar disso, seguindo novos objetivos de desenvolvimento, pode-se e deve-se questionar e revisar tais compromissos – como, por exemplo, os termos do acordo com o FMI que absolutiza as metas de estabilidade fiscal em detrimento de metas de crescimento econômico e desenvolvimento social e se desdobra em reformas voltadas para a fragilização do Estado e a quebra dos direitos sociais, e o padrão de montagem das Agências Reguladoras – porque os mesmos não têm caráter pétreo podendo até ser anulados, tendo como axioma a soberania nacional. Matéria de relevante importância é a que trata das modificações relativas ao Banco Central do Brasil.

O BC deve ter como sua principal função o apoio ao desenvolvimento nacional. Para isso deve estar sob controle público amplo, tanto do Executivo quanto do Legislativo. Sua independência desses poderes se colocaria em sentido contrário aos interesses do Brasil e do povo brasileiro.

26 Nas circunstâncias presentes, apesar das naturais controvérsias quanto à alternativa ao projeto neoliberal, também o Partido Comunista tem participado do debate em questão. A par da necessidade de uma série de medidas sociais emergenciais, como o Programa Fome Zero, o Partido tem defendido que a chave para deflagração e andamento do curso da mudança da política neoliberal no atual estágio da luta requer a construção de uma nova maioria política, que tenha como objetivo a retomada do desenvolvimento econômico, a ampliação da produção, o crescimento do emprego e a valorização do trabalho. Hoje, a elevação do índice de desenvolvimento econômico e de aumento dos postos de trabalho passou a ser um problema político decisivo.

27 Em primeiro lugar, a formação da nova maioria política está em consonância com duas componentes inter-relacionadas: manutenção e consolidação do apoio da vasta maioria da nação ao governo Lula e aglutinação de todas as correntes políticas interessadas em abrir um novo rumo para o país. Nesse sentido, se destaca a necessidade da formação de uma base parlamentar a mais ampla possível, de sustentação do governo, porque a fragmentação da oposição conservadora é momentânea. Mas, o êxito na criação dessas componentes políticas corresponde à capacidade de as novas forças construir a estratégia desenvolvimentista, sintonizada com as reais necessidades da grande maioria da população, que está objetivamente em disjunção com as exigências do mercado financeiro. Por isso, é preciso insistir que as formas de discussão ampla nos conselhos para consultas, em diversos fóruns e na mobilização das organizações e movimentos de massa, são imprescindíveis para composição de pactos majoritários em prol da mudança.

28 Em segundo lugar, a retomada do desenvolvimento em nível superior e crescente se insere num quadro que altera a lógica dos dogmas neoliberais vigentes. Desse modo, a deflagração de um amplo movimento nacional por desenvolvimento, produção e emprego, que mobilize trabalhadores, empresários e grandes parcelas do povo, pode ser um começo da saída da camisa-de-força prevalente na situação atual. É indubitável que o desenvolvimento proposto deve ter como eixo a transformação social. Existe hoje uma realidade e um clamor que podem criar uma vasta onda em torno dessas bandeiras, porque expressam sentimento amplamente majoritário. Tal iniciativa abriria a passagem para o debate da inversão das metas consagradas pelo modelo predominante: a meta central a ser defendida seria o índice de desenvolvimento do Produto Interno Bruto nesses próximos quatro anos, e tudo mais – metas de inflação, percentual de superávit primário, etc – se submeteria a esse alvo central. Deslocaria-se, assim, o eixo da definição das metas prioritárias atuais, que é a relação dívida/PIB, para as metas de crescimento do

PIB e de geração de emprego. Essa questão coloca em cena o debate acerca dos meios próprios, nacionais, para financiar o crescimento, ainda subestimado, porque o centro de gravidade do financiamento repousa no capital de fora.

29 Por conseguinte, estaria em foco também o esquema da engrenagem dos juros altos, que tem funcionado como tratamento indubitável de combate à inflação, ao tempo em que deprime de forma crônica a economia. Há vasta literatura e experiências concretas sobre outros meios para se fazer o necessário combate à inflação. Pela receita monetarista neoliberal, o remédio da elevação dos juros atua sobre o sintoma – a subida dos preços –, que pode até conseguir certo êxito em consequência do estancamento do desenvolvimento econômico, mas engorda as burras dos rentistas e produz o nefasto efeito colateral da estagnação produtiva e do desemprego. Juros mais baixos são uma necessidade para o financiamento de um novo ciclo de desenvolvimento, pois facilitam o crédito e diminuem a pressão sobre o endividamento do Estado.

30 Em terceiro lugar, o êxito da construção da nova estratégia nacional de desenvolvimento está intimamente ligada à recomposição do Estado nacional e à reconstrução da soberania do Brasil no plano mundial, e da América Latina. O Estado brasileiro perdeu sua capacidade de planejamento e o seu papel de artífice e indutor do crescimento. O esforço de reverter esse quadro é parte fundamental para o encontro da alternativa à situação predominante. Nisso se enquadra a necessidade de realizar adaptações na legislação vigente, tanto em nível constitucional como infraconstitucional, recuperando o caráter de uma Constituição que seja um diploma legal, orientador da construção de um Brasil soberano, democrático e progressista. Na política externa que vem sendo moldada pelo governo Lula é preciso reforçar seu caráter afirmativo e estimular sua atividade integradora da América do Sul e de reativação do Mercosul. Importância capital assume a tomada de posição pelo governo que resguarde a independência do país diante da guerra imperialista e que assegure os interesses da nação em face da proposta da Alca – o novo “consenso norte-americano”, baseado na sua estratégia de domínio para as Américas.

O papel e a nova tática do Partido diante da nova realidade política

31 Em seu 10º Congresso realizado no final de 2001, o Partido já afirmava: “A oposição reúne condições históricas excepcionais para alcançar a vitória nas eleições gerais de 2002”. O PCdoB se empenhou nesse sentido, confirmando também a sua assertiva de que somente uma frente de esquerda não seria capaz de tal êxito. Essa previsão e o esforço para a vitória oposicionista tinham um sentido estratégico definido – barrar a evolução neoliberal e procurar abrir um novo rumo para o Brasil. Isso, porque o caminho para se aproximar do objetivo estratégico – transição ao socialismo – passa necessariamente, nas condições contemporâneas, pela derrota da orientação neoliberal.

32 O desfecho da eleição presidencial de 2002 abriu, assim, um novo ciclo político em nosso país e representou um importante passo na rota da nossa estratégia. Porém, esse resultado descortina a possibilidade do início da caminhada ao novo rumo democrático-popular, mas não está assegurado antecipadamente o êxito nesse sentido. Então, nessa nova fase da nossa luta política, o norte estratégico se reafirma na definição de uma nova tática partidária que consiste em laborar para a vitória do programa mudancista, democrático, nacional-desenvolvimentista, conduzido pelo novo governo. Essa vitória seria o sucesso da nossa estratégia na atualidade. Por isso, se afirma justamente que o êxito do governo Lula nesse rumo terá um significado histórico de grande transcendência.

33 O novo governo é uma obra da luta das forças políticas mais avançadas do nosso país, dos trabalhadores e camadas populares, médias e empresariais, com

dições atuais, e o PCdoB foi importante artífice e protagonista desse empreendimento, constituindo-se essa ação partidária no ponto nodal da sua orientação estratégica e tática. As mutações e os caprichos da vida produziram o governo concreto. Afinal, o governo Lula que veio a ser constituído é expressão de alargada frente política, assumindo uma fisionomia democrática, plural, progressista, sob a hegemonia do PT. O governo resultante exprime a correlação de forças do estágio atual da luta política.

34 Essa nova realidade brasileira tornou imprescindível a participação do PCdoB no novo governo, como parte integrante, resguardando sua independência ideológica e política. O nosso Partido compõe principalmente com o PT, desde 1989, no período da transição democrática, o núcleo de forças precursoras que é responsável por esse resultado sem paralelo na nossa história política. Por isso, pela primeira vez, os comunistas no Brasil participam no primeiro escalão de um governo da República e também, a convite do Presidente eleito, aceitaram liderar a bancada do governo na Câmara Federal. A nossa participação na liderança do governo é uma indicação que corresponde e representa o ambiente de esperança em que vivemos. É também um esforço para estimular o sentido de frente única do nosso Governo. O presidente Lula é aclamado pela grande maioria da nação, que deposita em seu governo grande confiança.

35 O governo recém-instalado reflete em seu seio, expressando a realidade de um período de começo de transição, a convivência entre a velha e a nova situação e luta entre a continuidade neoliberal – já estruturada e definida por poderosos interesses ainda dominantes, apesar de pesado desgaste –, e a mudança democrática e progressista – a ser delineada concretamente e aplicada pelas forças vitoriosas. Por isso, o governo ainda vive neste início uma feição contraditória: tem marca democrática e reafirma o compromisso da mudança, mas ao mesmo tempo, é levado a manter ainda compromissos com a política econômica conservadora anterior. A tática do Partido deve levar em conta os avanços e recuos que a originalidade da situação comporta e a necessária perspicácia e agilidade para que em cada momento se descubra o elo de desenlace da situação. O tempo que esse quadro pode demandar para uma solução duradoura e progressista depende de um conjunto de fatores e não pode ser fixado de antemão.

36 Não podemos perder de vista que o centro da nossa tática política atual, tendo presente o sentido estratégico já referido, é atuar pelo êxito do governo Lula na condução das mudanças que consistem no aprofundamento da democracia e na adoção de um projeto nacional de desenvolvimento voltado para a defesa da soberania do país e o progresso social. Por isso, a ação política decorrente traduz-se em dois movimentos inseparáveis: 1) no esforço conjunto de concretizar a saída da engrenagem neoliberal para o começo do novo projeto; 2) ao mesmo tempo em que deve reunir forças populares, democráticas, patrióticas, renovadoras para o sucesso desse propósito. Como parte integrante do novo governo, o Partido deve colocar essa condição a serviço do fortalecimento da convicção e da consecução da nova linha transformadora por meio de amplo trabalho de debate e mobilização política. A tática do PCdoB é principalmente propositiva e também crítica no sentido da consolidação da perspectiva mudancista do governo. Passa por uma estreita combinação entre a ação institucional – no parlamento e cargos executivos – e a mobilização política das massas populares.

37 O nosso Partido tem bem presente a grandeza do desafio, o tamanho de sua responsabilidade. Na situação atual do mundo e do Brasil não se reuniram ainda condições para o alcance de uma hegemonia revolucionária na condução de uma alternativa ao neoliberalismo, e na transição ao socialismo. O fracasso das políticas liberalizantes tem permitido o surgimento de múltiplos movimentos contrários a essas políticas, que em muitos locais deram lugar a organizações populares, médias e empresariais, lideradas por forças de

esquerda, democráticas e progressistas. Em nosso país, apesar do PCdoB ser uma força protagonista da vitória política, que abriu a possibilidade de concretizar uma alternativa ao neoliberalismo, ele faz parte de ampla frente política e não é a força dirigente principal. Vencer essa orientação dominante do capitalismo atual requer uma luta de dimensão nacional e mundial que tem sentido anti-imperialista.

38 Portanto, diante da adversidade para a mudança, em função do quadro de forças reinante e pelos limites das forças dirigentes principais envolvidas nesses empreendimentos, a experiência tem demonstrado que depois da vitória eleitoral pode-se permanecer no mesmo quadro da estrutura dominante, com a derrota das forças renovadoras, ou manter o essencial do modelo vigente, fazendo certa reciclagem. O passo adiante para a superação dos marcos da estrutura institucional e econômica neoliberal não tem sido plenamente conseguido, numa ordem mundial predominantemente unipolar e da globalização financeira.

39 Do nosso ponto de vista estratégico, o êxito será completo somente com a superação da política neoliberal e a consecução do projeto alternativo. Para isso, por não ser o Partido a força hegemônica do novo processo político que se instala, a nossa tática, entretanto, deve considerar a nova possibilidade de grande dimensão democrática e liberdade política que se abre, para acumular maiores forças no seio do povo e do governo, que consiste nas seguintes tarefas: fortalecer em todos os níveis o Partido e expandir sua influência política; reforçar e ampliar uma vanguarda, que seja consciente da exigência de superação histórica do sistema capitalista, que vá além dos marcos do Partido; unir-se com as forças antagônicas e críticas ao modelo neoliberal e com aquelas que podem, mesmo que limitadamente, contribuir para a mudança e renovação; unir os trabalhadores impedindo a sua fragmentação, trabalhando para se constituírem em força motriz fundamental da mudança para o novo projeto; no mesmo sentido, reunir amplas camadas populares e médias; e procurar participar dos conselhos e fóruns de consulta, instalados pelo governo, fortalecendo as posições da mudança da política neoliberal.

40 Nessa nova fase da luta política inaugurada pela vigência do governo Lula, as palavras-de-ordem e as formas mobilizadoras das amplas camadas do povo constituem os meios fundamentais para fazer prosperar a onda pela mudança. A grande maioria da nação deposita grande esperança no novo governo. Fruto da nova realidade, o êxito do governo Lula depende da participação e mobilização da maioria da população. As consignas que orientem e indiquem o sentido de uma mudança profunda devem considerar a dimensão nacional, mundial e latino-americana da luta transformadora atual. Desse modo, fazer prosperar a alternativa ao neoliberalismo passa hoje pela defesa da paz, contra a guerra imperialista; e pela sustentação da integração da América do Sul, fortalecimento e ampliação do Mercosul, denunciando os verdadeiros intentos dos Estados Unidos.

41 No âmbito do nosso país as consignas que propomos para discussão devem estar relacionadas com os nossos objetivos centrais de defesa do Brasil, da democracia e do trabalho, hoje traduzidos na definição e aplicação de uma estratégia nacional de desenvolvimento voltada para a transformação social. Por isso, podem ganhar amplitude as bandeiras de desenvolvimento já – produção e trabalho –, que refletem forte anseio da ampla maioria da sociedade, e que se articulam também com o lema de fome zero, reforma agrária, recuperação dos salários e valorização do salário mínimo. Razão pela qual as reformas em pauta – previdenciária, tributária, trabalhista e política –, propostas pelo governo devem ter como norte na sua definição a retomada do desenvolvimento, a distribuição de renda e a ampliação democrática, apesar das pressões que vêm sofrendo de sentido conservador, neoliberal. Reformas, portanto, em rumo distinto daquelas do governo de Fernando Henrique Cardoso que fragili-

zaram o Estado, a soberania nacional e os direitos dos trabalhadores.

42 No atual contexto da luta política as organizações sindicais, populares, estudantis, e demais formas representativas do povo na sociedade, podem ser um esteio do processo da mudança e da consecução do novo projeto, contribuindo para o êxito do governo Lula, se elas realmente empunham essas bandeiras da transformação nacional e social e da ordem mundial articuladas com suas reivindicações próprias. As organizações e movimentos de massa na nova situação não devem se confundir com o governo, mantendo sua autonomia porque essa é a forma de o próprio governo conhecer de modo organizado as reais aspirações do povo. As formas de organização e mobilização devem ocupar importante papel nessa nova quadra, como por exemplo, a formação do Fórum Nacional dos Trabalhadores e outros para concertação de plataformas comuns, lutando por: PAZ, DESENVOLVIMENTO E TRABALHO. As novas formas surgem como fruto da realidade em curso e não simplesmente como vontade de uma ou outra organização. Tudo isso deve compor essa nova etapa de luta.

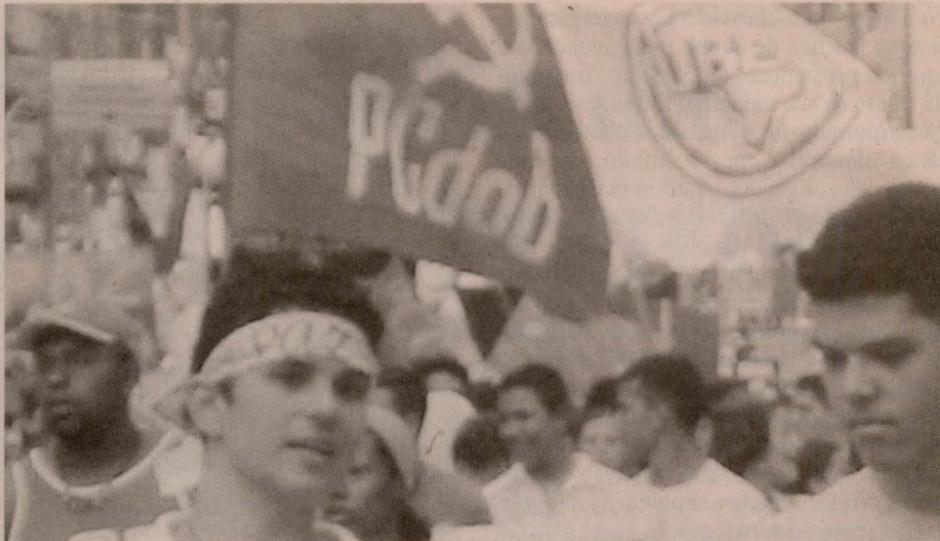
Novo ciclo de acumulação estratégica para o PCdoB

43 O fortalecimento do PCdoB se coloca como condição primordial e resultante a perseguir na luta por tornar vitorioso esse curso político. Na fase de luta que se inaugura abrem-se novas potencialidades para o crescimento da força política e estruturação do PCdoB. A vitória eleitoral alcançada em nosso país demonstrou elevação da consciência política do povo, propiciando ambiente muito mais favorável para isso. O PCdoB conquistou expressiva vitória, com 9,3 milhões de votos para seus candidatos, cumprindo no essencial os objetivos eleitorais traçados no 10º Congresso. Aumentou seu prestígio e presença na luta política e social. Vive uma experiência inédita nestes 81 anos de existência participando do governo central, o que coroa todo um período de lutas que vem desde a ditadura, tendo atravessado 18 anos de legalidade. Encara as novas exigências como um impulso renovador para as suas tarefas, funções e feições, um grato desafio para a militância. Abre-se, portanto, uma mudança de fase, nova etapa na acumulação de forças do Partido. Está em jogo com que velocidade e profundidade nós seremos capazes de responder à nova dinâmica política e social no país e de perseguir o reforço do instrumento estratégico para a luta transformadora, que é o Partido Comunista.

44 Tal fortalecimento é uma exigência do papel estratégico que estamos chamados a cumprir. Invoca a questão de um novo processo de acumulação de forças para a construção da hegemonia política e ideológica no movimento transformador, nas condições concretas em que ele se desenvolve na atualidade, sintetizada na orientação política traçada. Isso exige pôr em relevo o nosso projeto político próprio; coloca-nos a urgência de elevar o trabalho na esfera ideológica; e, por fim, nos exige superar condicionamentos que limitam o crescimento de nossas fileiras militantes. Nas novas condições em que atuamos, portanto, devemos deslindar os elos que articulam, em outro patamar e em novas condições, os componentes políticos, ideológicos e organizativos na estruturação partidária.

A construção partidária e seu projeto político

45 O centro desse novo impulso de fortalecimento, que preside a construção partidária no novo quadro, é a luta por tornar vitoriosa a orientação política traçada. Ela se define tendo por centro o êxito do governo Lula na condução do processo das mudanças de caráter democrático, nacional e desenvolvimentista. Para isso, essencialmente, precisamos desenvolver maior protagonismo na luta política e social. O PCdoB, em todos os escalões, precisa agir com mais descortino político, fazer com que seu coletivo se aproprie da orienta-



Os comunistas devem reforçar as entidades populares

ção política e lhe confira dimensão de massa mais ampla. Além disso, a orientação política precisa assumir caráter propositivo, ser capaz de influenciar realmente os rumos das políticas de governo e do Estado. O Partido é um instrumento de ação política, não um fim em si mesmo. Precisa falar mais largamente para a sociedade e abordar, no movimento real, seu projeto político próprio com maior visibilidade, diferenciá-lo política, eleitoral e ideologicamente na sociedade. Está estabelecido, assim, um período de grandes exigências para os comunistas, no sentido de elaboração política em todos os campos.

46 Esse desenvolvimento político é indissociável de maior atenção à luta de idéias. A luta pela alternativa precisa estar assentada num amplo movimento de idéias avançadas. Decididamente, precisamos colocar a luta de idéias em outro patamar de preocupações e ações. A sociedade brasileira, na presente luta para superar o legado neoliberal, vai conhecer intenso debate sobre as saídas e perspectivas. O que está em curso no país motiva re-elaborações teóricas de alguma envergadura no concernente ao projeto para o Brasil. Vamos dispor maior energia para esse esforço, aproximar o PCdoB de parcela significativa dos que pensam estrategicamente o Brasil e os desafios de sua transformação, para buscar polarizar a sociedade e infundir maior confiança nos rumos da luta. Também no que se refere ao desenvolvimento de nosso pensamento tático nas novas condições, exige-se alimentar a elaboração política com esforço teórico, para um maior domínio da realidade concreta. O reforço do trabalho teórico do Partido e a intensificação da formação teórica dos militantes são um componente indispensável para o fortalecimento de seu papel e força.

47 Na nova situação política devemos lutar, em especial, para mergulhar os comunistas no movimento social, adentrar a dinâmica da realidade profunda da situação dos trabalhadores e do povo, na inteira complexidade da sociedade brasileira. A militância precisa aumentar o protagonismo no movimento social real, construir uma agenda própria e renovada para o movimento de massas, em ligação com sua orientação política, como instrumento decisivo para impulsionar a estruturação partidária. Nossa orientação política confere papel essencial à mobilização popular em apoio às mudanças que o país elegeu. Esses movimentos viverão novos desenvolvimentos, em substituição à prolongada fase de resistência vivida nos anos 90. Além disso, na atuação do movimento operário e de massas reside um aspecto fundante da natureza e caráter do Partido Comunista. Trata-se, enfim, de um elemento fundamental para a construção de uma hegemonia avançada das forças populares, em primeiro lugar dos trabalhadores – a base social que decide os destinos de nosso projeto político próprio. Somos críticos, e auto-críticos, com relação à participação e às energias que empunhamos nessas frentes. Trata-se de esforço que precisa ser levado à esfera do pensamento e direção política. O PCdoB precisa lançar campanhas próprias de massas, precisa fazer mais ação de massas, de todas as ordens e magnitudes, como forma de expressão cotidiana do trabalho da militância e condição

de sua visibilidade na sociedade. Devemos recuperar essa característica tão marcante de nossa identidade no cotidiano da condição de militantes, resgatar o sentido que isso encerra de elevação da consciência e organização do povo, e de pedagogia para o militante comunista. O mergulho no movimento operário e social é fator indispensável da nova acumulação de forças do Partido, inclusive de seu incremento eleitoral. É a fonte principal de onde emanarão os novos contingentes militantes.

48 A participação institucional dos comunistas em cargos e funções de governo significa uma nova dimensão de possibilidades na esfera política. Além do governo central, participamos de governos em mais de uma dezena de Estados e capitais, além de centenas de municípios do interior. Alcança a mesma magnitude de cargos eletivos que o PCdoB detém. Nossa ação política tem, nessa esfera, importante instrumento para a acumulação de forças. Entretanto, a presença em governos, por ser recente, não tem tido a mesma atenção das esferas de direção e não se sistematiza essa experiência. Diferentemente de mandatos eletivos, que reforçam a voz independente dos comunistas, participações em governos são mandatadas pelos chefes de Executivos, o que faz com que os quadros que assumem essas funções tenham autonomia apenas relativa. Por isso, tais participações precisam se acompanhar de um claro esforço político para não comprometer a identidade e independência partidária; e de íntima ligação entre essa participação e os nossos objetivos políticos. Trata-se, então, de formular projetos políticos bem definidos para nortear essa participação em cada situação concreta, sujeitando-a ao controle político do Partido; particularmente, encontrar uma justa combinação e equilíbrio entre a atuação institucional e a luta social. Será necessário inovar na definição do trabalho de direção, constituindo secretaria própria para esse fim, a partir da direção nacional.

49 São esses, portanto, os impulsores da nova fase: maior protagonismo na luta política; mais intensa atuação na luta de idéias; o mergulho nos movimentos sociais; e a participação institucional. Não desconhecemos que as potencialidades de nosso desenvolvimento estarão intimamente vinculadas aos rumos do governo Lula, e ao papel que cumpriremos – dentro e fora do governo –, para seu êxito. Para isso, nossa orientação política precisa ser base para construir espaços próprios do Partido, marcas distintivas, perseguir seu fortalecimento, conferir-lhe uma base social mais ampla, impulsioná-lo em seu crescimento eleitoral. Trata-se da questão da independência política e ideológica dos comunistas, indispensável nas condições de participante do novo governo. Isso nos exige conferir maior visibilidade ao projeto político dos comunistas, pois a afirmação partidária se dá em meio a ambiente de forte disputa, nos marcos de uma convivência prolongada com uma organização política de tendência social-democrata, hegemônica política, cultural e socialmente entre os trabalhadores. Por isso, a nova tática precisa se desdobrar também em um projeto de luta para 2003. O Partido tem sido demarcadamente uma força independente do ponto de vista político e ideológico.

co. Forças mais clarividentes enxergam nele uma política de cunho mais avançado e um rico pensamento tático. Isso é um grande trunfo de sua trajetória. Entretanto, a força estruturada dos comunistas condiciona a tática eleitoral e, nesse âmbito, depende muito das coligações. A diferenciação e visibilidade do PCdoB têm na tática eleitoral um fator saliente. Aos olhos de grande parte da população o Partido é co-participante do consórcio eleitoral petista, reduzindo sua visibilidade política. É necessário partir para um projeto eleitoral ampliado, incluindo candidaturas próprias do PCdoB ao nível de Executivos e Legislativos municipais, alargando o âmbito das candidaturas comunistas e permitindo maior divulgação do próprio Partido. Eleições municipais são momento propício para lançar as bases para essa extensão ao mesmo tempo em que devem ser vistas como um momento de consolidação do governo Lula e de seu projeto mudancista. Deve-se articular isso com o esforço para formular uma proposição concernente à reforma política, capaz de derrogar as cláusulas de barreira já estabelecidas.

Novas exigências na esfera ideológica para a estruturação partidária

51 O desenvolvimento partidário reclama maior atenção ao nosso trabalho de educação ideológica. O 10º Congresso afirmou que a base de nossa construção ideológica é a convicção revolucionária, aliada a uma política transformadora e à íntima ligação com o movimento real dos trabalhadores. Centrou o combate ao espontaneísmo quanto à sua construção. Entretanto, nas condições de intensiva institucionalização da atividade política, crescem as pressões burocratizantes, tendentes ao rebaixamento estratégico do papel do Partido e ao comprometimento de sua independência. Por isso, precisamos reforçar nas fileiras comunistas o debate do projeto político do Partido, e intensificar o cultivo de valores, traduzido em normas e atitudes de compromisso militante. O enfraquecimento de órgãos de direção, o abarrotamento da pauta de trabalho com um sem número de questões do cotidiano de executivos e parlamentares, o desatamento da pressão dos anseios e carreiras, expõem-nos à pressão de cooptação, e à diminuição dos vínculos com a ação de massas. A baixa organicidade do trabalho militante na base, e até mesmo nos comitês, e o descompromisso com a sustentação material, enfraquecem nossa luta. São fatores que precisam encontrar nós firmes no propósito de perseverar no caráter revolucionário e classista do Partido.

52 Organizações revolucionárias marxistas não estiveram – e nem estão – imunes à burocratização, à institucionalização, à acomodação e à conciliação de classes. Seria pueril considerar inevitável tal desfecho, à margem dos desenvolvimentos políticos concretos, tanto quanto desconsiderar as pressões reais – essas sim objetivamente inevitáveis –, que se verificam nesse rumo, principalmente quando se intensifica a institucionalização do processo político. Os comunistas precisam aprofundar os laços com o movimento real, em suas diversas variantes de causas, de formas de luta e organização. O Partido é o portador de um projeto político com o qual vai disputar corações e mentes desse amplo contingente militante. Para isso, a construção partidária se assenta em seu projeto político, mas também em valores, a partir do próprio critério de militância, fator distintivo de um Partido transformador. Os comunistas devem intensificar o cultivo da disciplina consciente, da crítica e auto-crítica dos métodos e estilos de atuação entre as massas. Não aceitamos conviver com diferentes correntes no interior de nossas fileiras, nem com a formação de estruturas de poder internas à margem dos órgãos eletivos, a sobreposição de interesses de lideranças ao coletivo, porque são questões que enfraquecem o projeto e a unidade partidária. Isso é, aliás, parte de nossa identidade, que buscamos valorizar politicamente no diálogo com a sociedade.

53 A esfera ideológica abarca, ainda, o próprio tema partido e sua indis-



Geração de emprego deve ter prioridade nas políticas governamentais

pensabilidade como polêmica central e aguda no atual debate teórico, ideológico e prático do movimento social. Há uma retomada da consciência crítica, patenteada em múltiplos movimentos, e uma infinidade de manifestações, formas de luta e organização, da qual o Fórum Social Mundial é a expressão mais visível. Nele, a consigna de que “Um Outro Mundo é Possível” opõe-se à globalização neoliberal e imperialista, e crescentemente constrói uma consciência anticapitalista, dando margem à nova disposição de luta por parte de amplos contingentes sociais em todo o mundo. Isso demonstra um espírito de luta, uma nova onda militante, de variados matizes, formas e conteúdos. Nele, avulta a rejeição ao atual estado de coisas, sem, todavia, ter produzido uma estratégia de ação clara e unitária para a superação do capitalismo.

54 Destaca-se nessa questão a relação entre partido e movimentos sociais. As questões postas neste debate são a necessidade da luta pelo Poder político, da conquista da força do Estado para promover as mudanças necessárias; a centralidade do proletariado na luta anticapitalista; a possibilidade e a necessidade de superação do capitalismo. O “movimento dos movimentos”, como estratégia, assenta-se na negação da centralidade e exigência de um partido político para a transformação social anticapitalista. Movimentos têm caráter setorial, parcializado, causas específicas. Ademais, a pregação em torno dos movimentos muitas vezes camufla a real intenção de erigir o próprio movimento em organização política, com normas e projetos próprios. Esse embate nos confronta com o terceirismo – nem capitalismo nem socialismo –, no plano ideológico, e o possibilismo – reformar o capitalismo –, no plano político, marcantes ainda no cenário da luta social protagonizada pelos movimentos. Eles não alcançam cumprir o papel essencial da política: a disputa do poder de Estado que pode impulsionar nova forma de organização social. Contribuem, assim, para rebaixar o papel estratégico de um partido revolucionário e rebaixar o próprio papel da política, como forma mais elevada da consciência social na formação de novos contingentes militantes.

55 É nesse quadro que se repõe a contenda da centralidade da questão partido, como instrumento articulador das exigências da luta anticapitalista, partido de vanguarda do proletariado, centro estratégico definidor da luta pelo poder político de Estado, indispensável ao processo transformador. Combatemos a crítica aos partidos revolucionários marxistas, e a tendência por substituí-los pelos movimentos sociais. Estando em retomada a consciência crítica, mais que nunca se necessita de um instrumento político como o PCdoB, insubstituível para a luta por um projeto global de transformação social, que supere o sistema capitalista. Não devemos retroceder aos primórdios da luta de classes, se já generalizamos a experiência histórica e erigimos uma teoria do partido revolucionário, que está em desenvolvimento permanente. Um partido de vanguarda do proletariado, marxista e transformador, de ação de massas, dotado de unidade de ação construída democraticamente, alimentada pela consciência, estruturada sobre os critérios de militância. Partido para alcançar o poder político e em-

prender a transformação social no rumo do socialismo. Um novo impulso na vida do PCdoB demanda participar dessa confrontação enriquecedora de idéias e práticas, reafirmando o primado da exigência e centralidade de um Partido Comunista, marxista e leninista, de vanguarda, moderno. Isso nos exige ao mesmo tempo a compreensão dialética desses fatores, confrontando-os com a realidade contemporânea e suas práticas e formas de consciência sociais.

56 No debate ideológico, o combate realizado aos partidos marxistas e leninistas se assenta, essencialmente, no estigma que se constituiu sobre essa concepção: organizações centralizadas burocraticamente, que sobrepõem a consciência ao movimento espontâneo instrumentalizando os movimentos sociais e que poriam a questão do poder de Estado como questão primária e anterior à práxis da transformação social. Práticas deformadas da experiência socialista do século XX e a constante propaganda anticomunista forneceram base para esse estigma. É indispensável, ao lado da reafirmação do primado do partido de tipo leninista, atualizar tais concepções, para superar limitações quanto à abordagem da realidade social de hoje e ampliação do nosso diálogo com a sociedade e interação com os movimentos sociais. Essencialmente, impõe-se o contínuo desenvolvimento do leninismo, rejeitando qualquer leitura mecanicista e reducionista de seu conteúdo, descondicionando os conceitos teóricos da experiência particular de determinados períodos históricos. Trata-se, então, de reafirmar de maneira atualizada essa concepção e refutar os estigmas.

57 É da compreensão dialética do leninismo que o movimento espontâneo é fonte indispensável da luta e alimentação da causa transformadora. O espontâneo é um momento primário do consciente; espontâneo e consciente se articulam necessariamente. O movimento espontâneo contra a exploração do capital só se desenvolve, e se afirma, articuladamente com um projeto político transformador viável – que exige a mediação do consciente, vale dizer, da ciência social crítica. Essa teoria é o marxismo – desenvolvida por Lênin –, notadamente quanto à teoria do partido revolucionário. O consciente não se sobrepõe mecanicamente ao espontâneo na prática da luta social – deve fundir-se com ele para dar-lhe qualidade nova. Um não nega o outro; filosoficamente, o consciente é a negação da negação do espontâneo, superação dialética. Por isso, se exige do partido revolucionário mediações adequadas, visando a construir sua hegemonia. Daí o papel pedagógico dos comunistas no seio dos movimentos, e dos movimentos para a experiência do militante comunista. Daí a exigência de profunda ligação com o movimento real e a exigência de um projeto político transformador viável. Os temas partidos e movimentos se imbricam dialeticamente; condições entre eles existem, sem serem antagônicas. Exige-se essa relação dialética, articulando unidade e luta na relação entre o Partido e as diversas formas de movimentos sociais da atualidade. Burocratização se afirma quando se nega essa dialética, passa-se a compreender a organização como um fim em si mesma, e esta se desliga do movimento real, das aspirações e anseios da

massa de trabalhadores e do povo, cumprindo um pretendido papel de vanguarda, auto-proclamada. O Partido é o portador de um projeto revolucionário; aspira infundir consciência ao movimento real dos trabalhadores e das massas, construir a hegemonia dos trabalhadores no processo transformador, conquistar o poder político de Estado para erigir nova sociedade.

58 Por isso, o Partido defende o caráter autônomo dos movimentos sociais, busca desenvolver seu caráter unitário em torno dos interesses fundamentais dos trabalhadores e do povo, esforça-se por politizá-lo no rumo da luta transformadora. Os comunistas, que desenvolvem a consciência teórica da luta, buscam alimentar-se da prática desses movimentos, e visam a infundir-lhes, com mediações adequadas, o seu projeto político transformador. É uma relação dialética de duas mãos, pedagógica e organizativa, prolongada e perseverante, principalmente nestes tempos de defensiva estratégica e de retomada da luta. O objetivo essencial é elevar o grau de consciência e organização do povo, e fortalecer as convicções militantes, no seio do que pode vingar e fortalecer a luta pelo projeto político transformador do Partido e sua maior estruturação orgânica.

59 Ao lado disso, tem centralidade também nesse debate a questão dos chamados sujeitos históricos fundamentais da transformação. Várias correntes negam abertamente o papel do proletariado, com base na fragmentação e na precarização reais criadas pela reestruturação produtiva capitalista e a ofensiva do pensamento único neoliberal. Temos afirmado que segue sendo central o papel histórico potencial do proletariado. É nele que reside, enquanto classe, a possibilidade histórica da transformação social rumo a um novo regime, socialista. Entretanto, em meio a uma sociedade fragmentada e anômica, novas contradições emergem na vida social. Consciência transformadora se desenvolve em outros sujeitos participantes de causas variadas, expressas em movimentos de distintos matizes e formas. Isso não pode ser negação do partido e do papel do proletariado; mas exige dele sensibilidades e mediações novas, para não se desligar do movimento real e para buscar re- por a centralidade dos trabalhadores como base social essencial à vitória da causa transformadora. Exige, particularmente, um projeto político que reflita as aspirações e anseios da massa de trabalhadores, que o assuma como seu, em aliança com amplas massas populares, com a juventude e a intelectualidade avançada. É a luta tenaz pela construção de uma hegemonia avançada que possibilite retomar a onda transformadora.

O fortalecimento orgânico do PCdoB

60 O crescimento das fileiras do PCdoB precisa ser levado a um patamar superior, se efetivamente falarmos de nova fase de desenvolvimento. A batalha pela legalização foi travada de modo muito prolongado, ao longo de quase dez anos, para se afirmar integralmente. Agora, nossas respostas precisam ser mais efetivas e rápidas. O Partido precisa ser massivo em sua força orgânica, com uma militância ampla, numerosa, extensa. Isso é o que atende às características de nossa sociedade, aos caminhos da luta transformadora e ao papel político que precisa ser desempenhado por ele na atualidade. É parte da batalha pela construção da hegemonia. Isso nos propõe um novo estirão de crescimento partidário. As novas condições políticas do país permitem projetar esse salto.

61 O crescimento realizado nos últimos anos chegou a um teto provisório e há um claro movimento de entra-e-sai nesse contingente. Falta organicidade à vida partidária nas bases e em numerosos comitês intermediários e é muito reduzida nossa base material e financeira. São fenômenos que expressam a atual maturação de nossa corrente de pensamento e ação na sociedade brasileira. A hora é de ousadia para abrir nossas portas, fazer crescer o número de militantes, superar práticas estagnadas nesse sentido, e construir uma mais larga e profundamente as organizações partidárias, conferir-

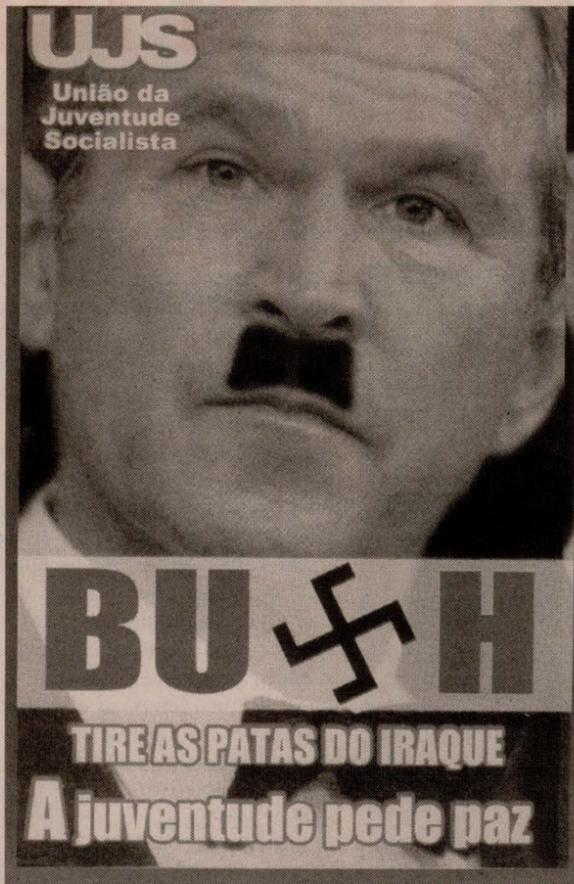
lhês funcionamento mais permanente, principalmente nos níveis dos grandes municípios do país. A base desse esforço é ampliar o volume de nossa força militante. O PCdoB pode atrair numeroso contingente de pensadores e ativistas, que nele enxergam o portador de um rico pensamento sobre o Brasil e de transição ao socialismo, combinação ausente em qualquer outra formação política do país. Atrairá também os que despertam para a luta social e política, encorajados pelo novo ciclo aberto no país. Muitos outros o buscarão como legenda honrada para ingressar na vida pública. Podemos polarizar parcela significativa das forças avançadas do país, e com isso atrair aderentes em estratos da intelectualidade, dos militares, dos trabalhadores do mundo da ciência, tecnologia e cultura, interessados em abrir caminho a um novo Brasil.

62 Isso se dará em meio à forte competição, principalmente do PT, que aparece aos olhos da sociedade como partido da esquerda e busca acentuar sua marca ligada aos trabalhadores. Situa-se aí uma disputa estratégica, de mais ou menos larga duração, que nos exige permanentemente um esforço ativo de vincar marca classista. Os eixos fundamentais do crescimento estabelecidos no 10º Congresso permanecem válidos: esforço prioritário junto aos trabalhadores, à juventude e à intelectualidade avançada, nos grandes centros do país, a partir dos maiores municípios em cada Estado.

63 Articula-se à esfera das exigências políticas e ideológicas superar gargalos organizativos, que é a esfera que materializa nosso papel e a luta pelo nosso projeto político. Aqui também se faz necessário retomar reflexões de fundo. Quanto mais madura se faz uma indagação de um caminho próprio para a transformação social em nosso país, tanto mais deve maturar a resposta sobre a adequação do Partido e as formas organizativas que assume. Nossa experiência será original, sem cópia de modelos. Nós a vimos perseguindo desde o 8º Congresso, na análise crítica da experiência de construção do socialismo no século XX e nos ensinamentos dela extraídos, recusando os modelos únicos e fixos de socialismo e de organização. Afirmamos o caminho de construir um PC marxista-leninista, de princípios, e moderno. Organizativamente, ele precisa se estruturar como um PC de massas. Isso nos exige hoje dar mais passos no sentido de desobstruir avanços. Subjetivamente, o Partido precisa saber se imaginar maior, descondicionar pensamentos que entravam a noção de uma organização política mais ampla e estruturada. Adequações organizativas são necessárias para atender essa necessidade.

64 Precisamos diversificar o perfil e o caráter da militância comunista, tendo em consideração a sociedade atual e suas relações de conflito, para um diálogo mais aberto entre o Partido e ela, e para vincar mais fortemente a corrente comunista no cenário político, social e cultural do país. Militância não deve ser supressão de inclinações e potencialidades pessoais. O militante é um cidadão, ou cidadã, com sua vida pessoal, familiar, profissional, acadêmica, subjetiva; e seu papel social é enriquecedor da militância política. Ser militante é, mais precisamente, fundir os valores e o projeto político do Partido à vida e luta sociais nas quais se atua, em quaisquer graus e níveis. Visamos a manter o valor central da opção militante: o compromisso de estar de acordo com o Programa e Estatutos, de cumprir as decisões tomadas coletiva e democraticamente, pertencer a uma de suas organizações e contribuir com a sustentação do Partido. Devemos debater como incorporar efetivamente cada militante nas decisões dos rumos coletivos, com os distintos níveis de envolvimento individual, e adequar-nos a esse mosaico militante, segundo o nosso projeto político em cada situação concreta.

65 Em correlação a isso, devemos diversificar o perfil e o caráter de nossas Organizações de Base, de modo a refletir mais proximamente a complexidade da sociedade, suas relações de conflito social, e as potencialidades da ação de cada militante. O 10º Congresso sistematiza algumas das



Ação pela paz é antiimperialista

características da relação social na atualidade. Em nosso país continental, são muito variadas as experiências de relação e luta social. Nossa experiência de atuação na juventude, por intermédio da UJS, já é uma originalidade própria do PCdoB. Infere-se que as organizações do Partido pela base devem refletir essa diversidade e exigências. São, ao lado do perfil e caráter da militância, matérias que se sugere estudar para levar ao 11º Congresso, com as eventuais adaptações estatutárias e regimentais que reclamem.

66 Ponto central da estruturação orgânica partidária, ainda na atual fase, é a consolidação de órgãos dirigentes, principalmente nos grandes municípios do país e os comitês estaduais, no sentido de colocar o Partido à altura dos desafios do momento. Será fruto de uma nova acumulação de forças militantes, mas exigirá também romper com práticas limitadas que são características de outros tempos e outras exigências. O essencial é compreender que direções capazes e respeitadas são uma construção do coletivo, e demonstração de consciência política avançada quanto ao caráter de nossa luta. Exige-nos também concepções, métodos e estilos adequados à extensão dos papéis, funções e feições que o Partido precisa desenvolver. Direções partidárias precisam ser colegiadas. Nas condições atuais, é falsa a dicotomia entre dirigentes e lideranças públicas. As lideranças partidárias não devem se sobrepor às direções, mas sim integrá-las, com iguais direitos e deveres entre todos. As funções e papéis dos dirigentes executivos precisam ser valorizados e adquirir dimensão pública, tendo apoio de trabalho auxiliar, como é verificado na atividade parlamentar. É necessário fortalecer e respeitar a institucionalidade, aprimorando a democracia e o centralismo da vida partidária. O centro de gravidade do trabalho de direção precisa ser levado à esfera dos plenos dos comitês e suas respectivas comissões políticas. O trabalho das secretarias é indispensável no nível executivo, mas deve integrar e não se sobrepor ao processo político de direção. Vamos instituir alternância formal nas funções dirigentes, para superar práticas atrasadas de dirigentes quase vitalícios. Deve ser combatida a tendência a um papel excessivamente centralizador de um, ou poucos, dirigentes, na condição de "provedores-gerais" do trabalho de direção, que acabam conduzindo a um trabalho de direção estreito, enfraquecido, acomodado, conciliador ou burocratizado. São sobrevivências de noções estreitas de núcleos dirigentes, próprias de outro tempo, que muitas vezes estiolam a atividade. Devemos revigorar a vida interna partidária, zelando pelo funcionamento desde a base, sobretudo entre os trabalhadores, construindo uma dinâmica institucionalizada, pondo os rumos do Partido efetivamente nas mãos do coletivo.

67 A política de quadros precisa ser atualizada, em sintonia com essas exigências. Quadros não são apenas os que atuam em tempo integral em atividades dirigentes. O Partido precisa de todos os quadros formados no seu pensamento, quer estejam à frente de atividades dirigentes executivas, quer estejam na atividade parlamentar ou de governo, na vida científica, técnica ou profissional, ou com outros condicionamentos. Particularmente nesta fase, ele precisa de uma infinidade de quadros técnicos, assessores, consultores. Por sua vez, tais quadros precisam encontrar as formas de integrar-se mais ao projeto partidário, para cumprirmos o papel de intelectuais orgânicos. Exige-se largueza de visão de parte para considerar o aporte que podem trazer. Assim, deve-se superar o falso antagonismo da contradição entre as exigências e a disposição, ou disponibilidade, dos quadros. Haverá quadros profissionalizados em tempo parcial, em tempo determinado, quadros semiprofissionalizados, e quadros não profissionalizados

também indispensáveis. Isso exige a mediação de projetos políticos concretos – para cada caso – numa orquestração de esforços por cumprir o projeto político dos comunistas em cada situação, dinamicamente definida. Tais quadros precisam ser trazidos à esfera dos comitês dirigentes, visando a intensificar essa relação dialética. De outra parte, os quadros dedicados integralmente ao trabalho partidário, os funcionários revolucionários, seguem sendo indispensáveis. Mas eles também precisam renovar sua formação, atuar mais intensamente nos seus papéis sociais. A política de profissionalização precisa ser re-equacionada, de modo a conferir horizontes mais estáveis – material e politicamente –, à atividade desses quadros e, também, a produzir definição mais demarcada de condições de tempo e projeto nessas situações, conferindo alternância na atribuição desses papéis de profissionais.

68 A situação reclama desenvolver as bases de sustentação material do Partido. Na questão do sistema de contribuição militante, essa extensão deve assumir marcadamente um caráter político: vincular direitos militantes ao cumprimento do dever de sua contribuição ao Partido. Essa é uma batalha prolongada, pedagógica e ideológica, feita por etapas, cuja mediação é essencialmente política: convocar a militância a definir e realizar o projeto partidário. Não se vencerá essa batalha sem persistência das instâncias dirigentes, e sem reforçar a organização pela base. É um dos maiores fatores de atraso na vida partidária, que expressa o grau de maturidade de nossa corrente de pensamento e ação, e que condiciona o desenvolvimento de nosso papel no cenário político. Ao lado disso, é também de ordem política o desafio de pôr a questão da sustentação material em primeiro plano de nossas atividades dirigentes. Sustentação material é fruto de nossa atividade política, das amplas bases sociais mobilizadas por nossa orientação política na presente luta que travamos. Precisa ser alvo de esforços especializados, concentrados e cotidianos, buscando viabilizar projetos do Partido, política e realisticamente definidos. Essa é uma das principais deficiências de nossas atividades dirigentes e da atividade política de nossas lideranças. Expressa uma visão idealizada e espontaneísta da luta em que estamos envolvidos. É possível e necessário equacionar o gargalo material de nossa atividade sem abrir mão de nossos princípios e valores.

69 Na esfera da comunicação, precisamos promover a mais ampla democratização das informações partidárias, bem como a divulgação, para milhões, das idéias e bandeiras de nosso projeto político. O caminho é fortalecer um sistema nacional de comunicação que tem seu instrumento mais dinâmico no Portal do PCdoB; porém, requer também o relançamento d'A Classe

Operária enquanto órgão central do PCdoB, projeto jornalístico de vanguarda, formador de consciências, orientador do Partido e das massas, com os recursos, periodicidade – num primeiro momento passando de mensal para quinzenal – e um sistema de distribuição compatível com este caráter. Compreende também a combinação de iniciativas regionais de agitação e propaganda e as cadeias nacionais e estaduais de rádio e TV, campanhas publicitárias; o fortalecimento da revista teórica *Princípios*; e a utilização de outros instrumentos ligados a nosso trabalho parlamentar, institucional, de massas e outros. O Partido precisa falar mais com a sociedade, amparado em pesquisas sobre a sua imagem na sociedade.

70 O PCdoB tomará iniciativas no sentido de desenvolver práticas comuns e criar espaços de debate político e ideológico, num espírito de unidade e camaradagem, com os camaradas do PC Brasileiro. A divisão dos comunistas brasileiros em duas legandas na década de 60 do século passado é fato que pertence à história do movimento comunista. As razões que a motivaram radicam nas irrepetíveis circunstâncias que condicionaram o movimento comunista mundial e a vida interna do Partido Comunista no Brasil na segunda metade do século passado. Estamos convencidos de que esses entendimentos e essa aproximação conduzirão ao fortalecimento do movimento revolucionário em nosso País.

71 Os Planos de Estruturação seguem sendo a tática atual para abordar a questão do fortalecimento do Partido. Tais planos tinham duas dimensões: 1) superar as defasagens verificadas na esfera ideológica e organizativa; e 2) superar o espontaneísmo na sua construção, erigindo o planejamento como mote. Na prática, são cinco anos de esforços. Permanece, com força, a dimensão "plano" e enfraqueceu-se a dimensão "superação das defasagens". Isso confere às discussões sobre o PEP um caráter administrativista e até burocrático, distanciado de seu papel essencial. Para a etapa imediata, em curso, a centralidade está no papel político e crescimento militante do PCdoB, sobretudo entre os trabalhadores e o povo, consolidando comitês nos maiores municípios do país, mais uma vez colocando o vetor político no centro de sua aplicação. Devemos retomar e acelerar os planos formulados no IV PEP em cada Estado. Entretanto, em razão das novas condições, cabe à esfera da direção nacional impulsionar a nova potencialidade que se abre para o seu desenvolvimento. É na sua capacidade realizadora que se centra o principal do novo estirão a perseguir na atividade partidária. Nesse sentido, são objetivos imediatos: estruturar a Escola Nacional; lançar o papel do IMG como instrumento da luta de idéias; dar novo impulso ao Portal e relançar **A Classe Operária** quinzenal; organizar campanha pela sede própria nacional; realizar pesquisa nacional sobre o Partido; instituir novo sistema informatizado nacional que permita o cadastramento geral da militância; e modernizar o gerenciamento partidário, instituindo técnicas de planejamento estratégico. O centro da atual etapa, cumprindo o final do IV PEP, é a realização exitosa desta Conferência Nacional, envolvendo o conjunto da militância na definição dos rumos do Partido. No curso de seus debates, devemos dar um balanço crítico nos desempenhos desses planos ao longo dos últimos 5 anos, e decidir as bases, oportunidade e formas que pode assumir um novo Plano, a ser formulado no âmbito das Conferências Ordinárias Estaduais deste ano.

72 O PCdoB cumpre seu 81º ano de existência, 41º de reorganização, tendo alcançado vitória expressiva na consecução dos objetivos traçados em seu último Congresso. Nesta fase, o Partido precisa ser ainda mais ativo na luta política e teórica, bem como na luta social. Quer, por isso, se defrontar com a necessidade de ser um partido mais forte e estruturado, com uma musculatura mais desenvolvida, que se expresse numa militância mais numerosa, bases mais extensas, comitês mais estruturados pelo país dentro. São os desafios da atual etapa. Precisamos estar à altura de vencê-los.

O homem contra a máquina na milenar Mesopotâmia

MIGUEL URBANO RODRIGUES*

Decodificar esta guerra de genocídio no Iraque, que excede em monstruosidade, não só pela quantidade de mortos, mas pelos fins e pela premeditação e execução, qualquer guerra do passado é uma tarefa prioritária para os escritores e jornalistas que amam a liberdade e se identificam com a defesa de valores eternos. É uma tarefa que se insere num combate mais amplo, porque, no espaço e no tempo, a sede de petróleo e poder que encontramos na origem desta guerra, põe em causa o destino da humanidade.

Ignácio Ramonet chamou a atenção para a enorme importância da guerra psicológica como arma usada pelo sistema de poder imperial dos EUA e seu aliado subalterno. Por aí, talvez se deva começar a luta pelo desmascaramento de um inimigo cujo projeto de ditadura militar planetária configura ameaça à própria sobrevivência da humanidade.

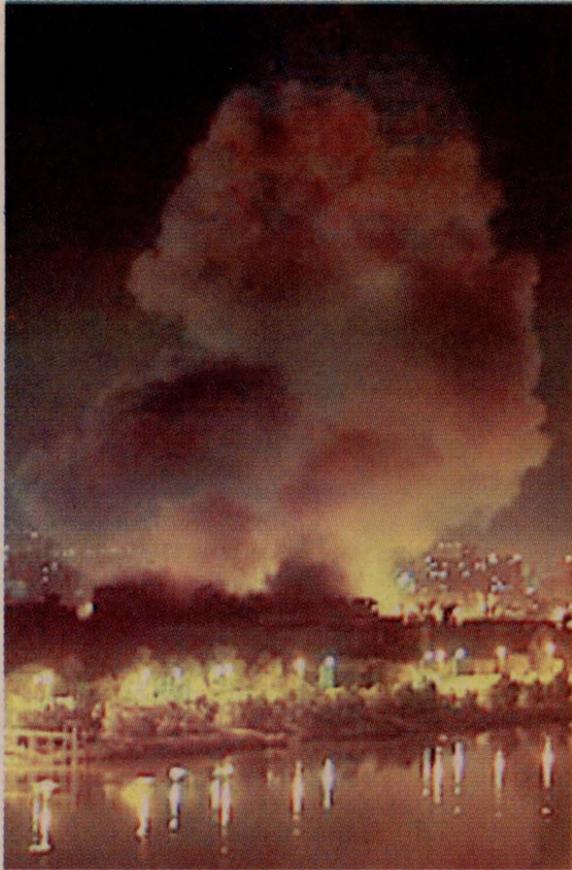
Lemos com frequência crônicas satíricas que incidem sobre a incultura de Bush, a truculência pouco inteligente de Rumsfeld, o reacionarismo quimicamente puro da senhorita Condoleezza, as intrigas ciáticas do embaixador Negroponte e a ignorância dos generais estadunidenses. Essas histórias despertam o riso, geram confiança, mas – ao confundirem com a engrenagem da guerra personagens que são simples instrumentos e porta-vozes do sistema de poder por ela responsável – contribuem também muitas vezes para a subestimação do inimigo.

A guerra psicológica é uma arma terrível. Funciona. Mesmo as campanhas mais perversas, conduzidas com pouca inteligência, atingem parcialmente os seus objetivos, porque o sistema exerce um controle praticamente hegemônico sobre os meios de comunicação social. Dezenas de milhões de pessoas absorvem diariamente mentiras grosseiras sobre a guerra, por falta de acesso a uma informação digna de crédito, alternativa.

Das Nações Unidas fala-se o menos possível. O suficiente para deixar claro que o Iraque será governado, após a guerra, pelos EUA. Um general já foi designado como futuro pro-cônsul, diretamente dependente do Pentágono.

A condenação universal da guerra pelos povos recebe da CNN e das suas três grandes irmãs o tratamento adequado aos interesses vitais dos EUA. O protesto dos povos, mundo afora, conta muito menos para a TV do que um discurso de Bush perante uma associação pró-Israel ou uma assembleia de agricultores no Texas. As dificuldades no relacionamento com a Grã-Bretanha – a grande aliada – são escamoteadas.

Na hierarquia dos crimes cometidos, os que atingem a população civil são apresentados como episódios menores, resultado de erros, assuntos a investigar, ou simplesmente negados. Quando uma chacina não pode ser desmentida, como é o caso da mortandade provocada em mercados atingidos, em pleno dia, por mísseis ou bombas, os porta-vozes do alto comando invocam o custo inevitável das guerras em vi-



Bagdá em chamas

das humanas. Quando hospitais ou maternidades são destruídos, esclarecem que será iniciada uma investigação, mas que no momento não há informações sobre o caso. O assassinio de prisioneiros por soldados estadunidenses não costuma ser tema de quaisquer comentários.

A moral, a ética, os grandes princípios, supostas leis e convenções sobre a guerra são porém trazidos ao debate quando um patriota iraquiano sacrifica a vida, bem su-

premo, numa ação de combate, conduzindo um carro-bomba ao encontro de militares dos EUA que morrem com ele.

Então sim, elevam-se clamores contra a barbárie iraquiana...

Os crimes culturais não têm merecido a atenção da mídia. Não os desconhecem, porque a Unesco já lançou um alerta sobre danos causados em monumentos milenares que integram o patrimônio da Humanidade. Mas o assunto tem sido tratado pelos grandes jornais em poucas linhas; é considerado irrelevante, não interessa ao público...

A “reconstrução”, filha do crime da destruição promovida pelos agressores, essa suscita apaixonado debate nos meios políticos e financeiros. Poderosas transnacionais, farejando negócios de bilhões de dólares, disputam já futuros contratos.

Os historiadores da próxima geração talvez identifiquem esta guerra como a primeira em que as máquinas desempenharam, como instrumentos de destruição, um papel inovador, na medida em que passaram a cumprir funções que antes eram exclusivamente executadas pelo homem. A relação milenar de dependência existente entre ele e as armas que produz para matar o seu semelhante alterou-se mais acentuadamente nas últimas semanas.

O prodígio selvagem dos mísseis disparados do Mar Vermelho, ou do Mediterrâneo contra Bagdá ou Basra foi ultrapassado pelos aviões não tripulados que, obedecendo a instruções transmitidas, bombardeiam, com relativa precisão, alvos que lhes são indicados

pelo comando operacional. Outra inovação é o uso freqüente de satélites que orientam o ataque de formações de carros blindados.

No seu quartel-general do Catar, o general Tommy Franks e seu estado maior não escondem a satisfação. Concluem que a cruzada de “libertação”, graças a armas mais inteligentes, mais limpas, mais eficazes, está a revolucionar a arte da guerra, sua paixão. Alguns estrategistas do Pentágono admitem para breve os batalhões de robôs inteligentes que substituiriam os soldados. Como nos filmes. Apenas subsistiria a cadeia do comando.

As armas clássicas também são abundantemente utilizadas no Iraque. As bombas-gigantes, por exemplo, que destroem tudo numa área de 180 metros. O seu efeito destruidor é comparável ao de pequenos artefatos nucleares táticos sem os inconvenientes que aqueles apresentam. Mais polêmicas são as bombas de fragmentação, proibidas por acordos internacionais. Os seus estilhaços provocam feridas horríveis. Mas oficiais estadunidenses e britânicos reconheceram que essas bombas criminosas têm sido utilizadas pelas suas tropas.

O povo do Iraque, nesta hora decisiva para a sua sobrevivência, comporta-se como um herói coletivo. O seu combate reatualiza as façanhas dos heróis míticos das epopeias asiáticas, eternizadas no Gilgamesh da Babilônia e no Shanaama, de Firdusi. Quando um povo em armas luta para não ser subjugado por outro, conquista o respeito e a admiração de quantos povos amam a liberdade. Pelo que essa gente da Mesopotâmia fez nesses dias de resistência à invasão dos modernos bárbaros, elevou-se já ao nível dos combatentes que fizeram história nas Termópilas, em Valmy, em Stalingrado.

* Jornalista português radicado em Havana

Bush, tire as patas do Iraque!

UNIÃO DA JUVENTUDE SOCIALISTA

A União da Juventude Socialista prossegue na luta pela paz, somando-se a milhares de pessoas que, em todo o mundo, fazem ecoar sua revolta e insatisfação com a agressão imposta pelo império estadunidense. Denunciamos esta guerra criminosa e expressamos, em nossos cartazes espalhados pelo país, que Bush é o novo Hitler.

Já são muitos os horrores assistidos neste início de conflito. Em nome do domínio de jazidas de petróleo e da manutenção da supremacia do dólar nas transações econômicas globais, todo um país é invadido e agredido de forma brutal e arrogante. Edificações históricas e belas, patrimônio da cultura humana, são bombardeadas e destruídas. Homens, mulheres e crianças são feridos e assassinados pelas bombas “inteligentes” norte-americanas.

Manifestamos ainda nossa preocupação com o sistema multilateral das Nações

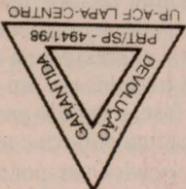
Unidas e com toda a ordem jurídica internacional – frontalmente desrespeitados para que pudesse haver a guerra. Este conflito não possui fundamentação, justificativa ou legitimidade perante o direito internacional. Expressa, isso sim, a vitória do setor mais conservador do cenário político norte-americano, que formulou o conceito de “guerra preventiva” e instalou a “Doutrina Bush” como parâmetro de política externa dos EUA, colocando sua sede de dominação acima de qualquer organização ou decisão internacional.

José Saramago, prêmio Nobel de literatura e um dos intelectuais mais respeitados da Europa, afirmou em recente artigo que “Eles querem a guerra, mas nós não vamos deixá-los em paz”. Tem sido justamente esse nosso ofício nos últimos dias. No Brasil e em todo o mundo, de forma incansável e determinada, um sem-número de manifestações, vigílias e campanhas têm sido realizadas no sentido de não “deixá-los em paz”. Não vamos nos curvar ao desejo incessante

de poder daqueles que se pretendem os donos do mundo e manipulam pesquisas, imagens e informações no afã de dobrar a opinião pública internacional.

É possível deter a guerra de Bush! Vamos multiplicar os protestos, denunciar os crimes, travar o debate, contribuir na formação da opinião pública, que deve pressionar e exigir um cessar-fogo já. Essa multidão de pessoas, unidas sob a bandeira da paz, tem um poder valoroso e imprescindível contra esta guerra e tantas outras que já estão em gestação no centro do império.

A UJS se sente orgulhosa e compartilha da opinião do Governo Lula, que se demonstra em sintonia com o desejo de paz de seu povo. Chamamos a todos para que venham fazer parte e contribuir com a construção deste momento histórico, que não se desenvolve nas condições que desejamos, mas exige de nós muita firmeza e solidariedade com povos sofridos e vítimas do terrorismo de Estado. Levantemos todos a bandeira da paz!



IMPRESSO



CDM
CEP 01403-010 - São Paulo - SP
Alameda Sarutaiá, 185 - Jardim Paulista
Tel.: (11) 3054 1800
Fundação Maurício Grabois